

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

DANILO CARNEIRO SILVA

**POLÍTICA EXTERNA EDUCACIONAL NO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA (2003-2010): UMA ANÁLISE DO PEC-G, PEC-PG, E A UNILAB.**

SÃO LUÍS –MA

2022

DANILO CARNEIRO SILVA

**POLÍTICA EXTERNA EDUCACIONAL NO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA (2003-2010): UMA ANÁLISE DO PEC-G, PEC-PG, E A UNILAB.**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura
Plena em História.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva

SÃO LUÍS - MA

2022

Silva, Danilo Carneiro.

Política externa educacional no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010): uma análise do PEC-G, PEC-PG e a UNILAB / Danilo Carneiro Silva. – São Luís, 2022.

63 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

1. Política Externa. 2. Relações Diplomáticas. 3. Governo Lula. 4. Cooperação. I. Título.

CDU 327(81)“2003/2010”

DANILO CARNEIRO SILVA

**POLÍTICA EXTERNA EDUCACIONAL NO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA (2003-2010): UMA ANÁLISE DO PEC-G, PEC-PG E A UNILAB**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena
em História.

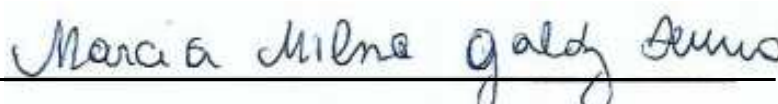
Aprovado em: 20/12/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (Orientadora)

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)



Prof.^a Dra. Márcia Milena Galdez Ferreira

Doutora em História Social
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)



Prof. Me. Márcio dos Santos Rodrigues

Mestre em História
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Para os principais formadores da minha educação e incentivadores dos meus estudos, Marinilde Carneiro e Domingos Jesus (in memoriam), o meu amor e eterna gratidão.

Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.

- Provérbio africano

RESUMO

Esse trabalho busca analisar as relações diplomáticas estabelecidas entre o Brasil e países do continente africano, sobretudo com os Países de Língua Oficial Portuguesa, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ao longo dos anos, observou-se uma forte inclinação do Brasil para à África, seja do ponto de vista econômico, ou educacional. Por meio de órgãos nacionais e internacionais para o desenvolvimento, tem-se uma vasta documentação que permite uma maior análise dessas ações diplomáticas brasileira para o continente africano, com ênfase para as políticas educacionais externas de acesso ao ensino superior, tais como o PEC-G, PEC-PG e UNILAB.

Palavras-chave: Política Externa; Relações Diplomáticas; Governo Lula, Cooperação.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the diplomatic relations established between Brazil and countries on the African continent, especially with Portuguese-speaking countries, during the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Over the years, a strong inclination of Brazil towards Africa has been observed, whether from an economic or educational point of view. Through national and international agencies for development, there is a vast documentation that allows a greater analysis of these Brazilian diplomatic actions towards the African continent, with emphasis on external educational policies of access to higher education, such as the PEC-G, PEC-PG and UNILAB.

Keywords: Foreign Policy; Diplomatic Relations; Lula Government, Cooperation.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - DA FORMAÇÃO DO EIXO SUL-SUL, SEUS ASPECTOS E DESDOBRAMENTOS.....	15
1.1 As Conferências de Bandung (1955) e de Belgrado (1961)	16
1.2 O Atlântico Sul e a relação Brasil-África.....	22
1.3 O IBAS e a cooperação Sul-Sul.....	25
CAPÍTULO 2 - COOPERAÇÃO SUL-SUL PELA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) BRASILEIRA.....	28
2.1 A Política Externa Independente (PEI), o governo Lula e o continente Africano.....	31
CAPÍTULO 3 - POLÍTICA EXTERNA EDUCACIONAL BRASILEIRA PARA A ÁFRICA (2003/2010)	38
3.1 A Política Externa Educacional no governo Lula para a África: uma análise do PEC-G, PEC-PG, e a criação da Unilab.....	43
3.2 Programa de Estudantes – Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG)	48
3.3 A Lei Nº 12.289 e criação da Unilab.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Países participantes da Conferência de Bandung (1955)	17
Imagem 2 – O presidente indonésio, Bung Sukarno, faz discurso na cerimônia de abertura da Conferência Ásia-Africano. (1955)	17
Imagem 3 – Comércio e Investimentos: As empresas brasileiras na África	38
Tabela 1 – Total de Vagas oferecidas pela UFSC entre 2000 e 2019	40
Tabela 2 – A CID brasileira entre 2009 e 2010	42
Gráfico 1 – Gastos Cobradi, por região (2010).....	43
Tabela 3 – Investimento de países nos PALOP, em milhões de dólares (2010)	44
Tabela 4 – Evolução das despesas públicas com Bolsas de Estudos para Estrangeiros (2005-2010)	45
Gráfico 2 – Número de estudantes vinculados ao PEC-G, em 2010.	45
Gráfico 3 – Região de origem dos estudantes do PEC-PG, em 2010.	46
Gráfico 4 – Proporção de estudantes beneficiados por Bolsa Promisaes, por região, em 2010.....	49
Imagem 4 - Países de Língua Portuguesa	53
Imagem 5 – Em 2010, o então presidente Lula sanciona a lei que cria a Unilab	54
Tabela 5 – Cursos de Graduação previstos para a UNILAB (2011-2013)	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CELP-BRAS - Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros

CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

COBRADI - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional

IES - Instituição de Ensino Superior

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MRE - Ministério das Relações Exteriores

ONU - Organização das Nações Unidas

PALOPS - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação

PEI - Política Externa Independente

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

USP - Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Em dois de novembro de 2003, nove meses após assumir seu primeiro mandato como presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em um discurso proferido na cerimônia de inauguração da Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe, declarou seus planos de abrir novas embaixadas nos demais países do continente africano, seguida da declaração de dar “máxima prioridade ao relançamento de nossas relações com o continente africano e, em especial, com os países africanos de língua portuguesa”.

Nesse contexto declaratório, o então presidente do Brasil inaugurava a citada embaixada em São Tomé. Para Lula, essa representação diplomática seria um dos maiores símbolos de desejo de efetiva aproximação, diálogo e interesse de oportunidades do Brasil para com os africanos.

Frente ao contexto acima exposto, o presente trabalho tem como foco de análise as políticas externas educacionais voltadas para países do continente africano, no entanto, para isso, faz-se necessário ressaltar outros aspectos que, do ponto de vista diplomático e teórico-metodológico, merecem atenção, entre eles a Política Externa Independente (PEI), sobretudo do ponto de vista de novos mercados, fomento diplomático e econômicos. Tais análises se fazem necessárias, uma vez que uma das motivações que possibilitam o intercâmbio estudantil Brasil-África é a demanda por mão de obra especializada nos países que gozariam das benesses desses acordos diplomáticos. Além disso, destaca-se os acordos estabelecidos entre Brasil e África no tocante à necessidade de formação de mão de obra técnica-profissionalizante, que mais tarde abasteceriam as indústrias e construtoras brasileiras que desembocariam em países africanos.

Do ponto de vista teórico, seguimos a reflexão do Claudio Alves Furtado (2013): cooperar com quem, desenvolver para quê? Tal questionamento abre um leque de perguntas que serão respondidas nesse trabalho, entre elas: qual o interesse do Brasil em países do continente africano? Por que investir no âmbito educacional? Quais os interesses do Brasil no contexto da CPLP? Quais medidas econômicas se beneficiam dessas políticas educacionais externas? Seria a política externa do governo Lula impulsionada principalmente pela similaridade linguística, cultural e de colonização?

A análise do contexto de formação do eixo sul-sul é de suma importância, uma vez que é por meio deles que países como Rússia, África do Sul, China, Índia e Brasil buscam cooperar nos contextos de cooperação técnica, cultural, acadêmica e científica. Tendo isso em vista,

também se faz necessária a análise das conferências de Bandung (1954), Conferência de Belgrado (1961) e a Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento (2002), afinal é por meio dessas convenções que se consolidam a cooperação sul-sul.

Um dos fatores centrais que levou a elaboração desse trabalho, são as cifras de investimento voltadas para o continente africano no âmbito educacional, sobretudo para os países que compunham os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), compostos Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Sobre esses investimentos, Furtado (2013) ressalta que o intercâmbio acadêmico tem um relevo significativo nas estratégias e políticas de cooperação do Brasil, que entre 2005 e 2009, somaram mais de 44,4 milhões de reais. 6% desses recursos destinados para um específico Programa de Bolsas de Estudo que será objeto de pesquisa neste trabalho: o Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

O PEC-PG, bem como o PEC-G e a UNILAB, são exemplos de políticas externas adotadas pela agenda diplomática brasileira para com a África, sobretudo, no que diz respeito as políticas de acesso ao ensino superior. Fundado em 1965, pelo Decreto nº 55.613, o PEC-G presenciou ao longo dos anos várias mudanças em sua estrutura, que atualmente é regida pelo decreto nº 7.949, de 12 de março de 2013, promulgado pela então presidente Dilma Rousseff.

Na mesma linha, tem-se o PEC-PG, programa voltado para a formação *stricto sensu*, e introduzido no ano de 1981, em parcerias com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A análise desses programas terá como área de estudo as ações desenvolvidas para acolhimento, desenvoltura e estrutura, seja do ponto de vista acadêmico, orçamentário, financeiro e das demais óticas que sejam pertinentes para manutenção de ambos os programas.

No decorrer das leituras que foram feitas para a elaboração deste trabalho, variados aspectos, tanto negativo quanto positivos, foram encontrados nos programas de estudantes, entre eles, encontra-se uma falha estrutural em ambos os programas, uma vez que a internalização e acolhimento dos alunos participantes é proporcionada pelos Institutos de Ensino Superior (IES) dos quais farão parte. Sobre o assunto, Frederico Luiz Rigoni e Silva (2018, p.51), destaca que há um desafio tanto para integrar quanto para desenvolver sistemas de interação entre programa e alunos participantes, seja no tocante ao acolhimento, adaptação, compromisso, etc.

Um segundo ponto de inflexão para o desenvolvimento desses projetos é a importância do PEC-G e PEC-PG, uma vez que tais programas são historicamente os mais conhecidos no

âmbito educacional entre Brasil e a África, e que ressalta a importância da presença e o destaque de estudantes africanos no Brasil (CABRAL, 2015, p.17).

Para além disso, outros questionamentos se fazem pertinentes, entre eles, buscar compreender em qual momento o PEC-G, ao longo do seu desenvolvimento, deixa de ter uma forte inclinação para o continente americano, uma vez que na sua fase inicial as vagas eram ocupadas por latinos americanos e a partir dos anos 2000 essas demandas se voltam para o continente africano. Para fins didáticos, documentos disponibilizados no site do Ministério das Relações Exteriores, mostram que ao longo de 17 anos (2000-2017), as IES brasileiras receberam 5.102 alunos africanos a mais do que alunos latino-americanos e asiáticos, sendo 4.130 desses alunos, somente nos dois mandatos do Governo Lula.

No capítulo 1, busca-se descrever e analisar o contexto da cooperação sul-sul que é responsável por inserir o Brasil dentro dessa lógica cooperacional, junto de outros países emergentes que buscam maior participação ante o contexto geopolítico global, que até então só era exercido por grandes potências. Nesse contexto, a análise das Conferências de Bandung (1955) e de Belgrado (1961), são de grande relevância, a partir do momento em que esses dois eventos são responsáveis por reorganizar a geopolítica internacional, com ênfase para o que se denomina como movimento dos não-alinhados.

No capítulo 2, busca-se analisar as políticas externas brasileiras para o continente africano, com ênfase no governo Lula (2003-2010), a partir de uma Política Externa Independente (PEI) voltada para o continente africano. No terceiro, e último capítulo, busca-se analisar as políticas externas educacionais brasileiras para o continente africano, sem deixar de lado o vasto interesse econômico e empresarial por trás dessas políticas públicas. Para além, busca-se por meio de documentos oficiais, análises de discursos e relatórios econômicos, explicitar o impacto dessas políticas educacionais do ponto de vista econômico e social.

1. DA FORMAÇÃO DO EIXO SUL-SUL, SEUS ASPECTOS E DESDOBRAMENTOS

No preâmbulo das relações de cooperação no eixo Sul-Sul, tem-se um cenário marcado por vários aspectos que podem variar de acordo com os interesses dos países inseridos nessa lógica que têm por objetivo, em grande parte, à cooperação - a depender do interesse dos países, em sua maioria os países desenvolvidos – no âmbito econômico, mas não somente isso, uma vez que as colaborações entre esses países e aliados, se dão sobretudo dentro de uma lógica cooperacional no âmbito educacional, agrícola, alimentar e industrial.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao que seria essa cooperação Sul-Sul, e seus desdobramentos, haja vista que falar do eixo Sul- Sul, não é tratar apenas do aspecto geográfico global, mas sim dos países de menor participação econômica no âmbito mundial, o que desde já se torna algo controverso, uma vez que a China, participante do BRICS, consagra-se como a segunda maior economia do mundo, logo, o eixo Sul-Sul, não se trata somente de um quesito econômico, populacional ou de influências dentro da lógica cooperacional.

Para além disso, é preciso refletir sobre a criação de órgãos, tratados e convenções que vieram a contribuir para essa lógica cooperacional, já que falar de eixo sul-sul, não compreende somente falar de países com menor potencial de desenvolvimento, como alguns países do continente asiático, africano, bem como da América Latina. Assim, ao longo deste capítulo, dentre outros aspectos, buscamos refletir sobre a importância do Brasil no âmbito da cooperação no eixo Sul-Sul, sobretudo a partir do atlântico, uma vez que o mesmo pode ser considerado um dos mais importantes e um dos mais participativos, uma vez que será analisado o interesse dos governos presidenciais a depender de quem estar no governo e da pauta diplomática a ser tratada e selecionada por esses governos.

Tendo como marco inicial a Conferência de Bandung (1954), a Conferência de Belgrado (1961) e a Conferência Internacional sobre o Financiamento ao Desenvolvimento (2002), tiveram como fator de importância a consolidação das cooperações do eixo Sul-Sul, apresentando os benefícios, objetivos e as condições dessas cooperações entre países de menor e maior importância no âmbito da economia global, e já adiantando, eis o fator da expressão cooperação Sul-Sul não ser um fator necessariamente geográfico global, uma vez que países, sobretudo da América do Norte, como os Estados Unidos da América (USA), bem como países da Europa, desde o início do âmbito da cooperação já estavam inseridos dentro dessa lógica cooperacional, que com o passar dos anos, viera a se prolongar e se fortalecer no âmbito das relações diplomáticas entre os mais variados países do mundo. Tal perspectiva se deve ao fato da assistência internacional para cooperação Sul-Sul encontrar um dos seus alicerces nos países

desenvolvidos e de maior potencial industrial, sendo esses membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como do Comitê de Assistência e Desenvolvimento (DAC).

Tratar da Cooperação do Eixo Sul-Sul é respaldar sobretudo os aspectos econômicos, uma vez que recessão econômica, divisão social do trabalho, capitalismo e neoliberalismo - esse último sendo um fator chave, haja vista que mais à frente iremos observar de qual forma, no Brasil, os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso deixaram de lado essa cooperação do eixo Sul-Sul para se alinhar a política neoliberal dos EUA –encontram-se presentes quando se debruça sobre os órgãos que contribuíram para o êxito dessas cooperações, assim, é necessário destacar a importância de organizações, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o gerenciamento de fundos, por parte do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC), e, anos mais tarde, a Agência Brasileira de Cooperação, um dos principais meios de intensa participação do Brasil no eixo Sul-Sul.

1.1 AS CONFERÊNCIAS DE BANDUNG (1955) E DE BELGRADO (1961)

Juntamente com as demais conferências citadas anteriormente, a Conferência de Bandung, ou Conferência Afro-Asiática, é tida como um dos marcos iniciais da cooperação no eixo sul-sul, embora tenha se iniciado de uma forma diversa da cooperação que conhecemos nos dias atuais. Tendo por ano de início 1955, a Conferência de Bandung deve ser analisada do ponto de vista de dois fatos históricos: o fim da Segunda Guerra Mundial, e os desdobramentos para consolidação da Guerra Fria.

Realizada na Indonésia, a Conferência de Bandung foi tida inicialmente como uma referência de cooperação a ser formada entre países do então chamado Terceiro Mundo, sobretudo entre países africano e asiáticos, que nesse contexto visavam a confrontar o “modus operandos” de grandes potências na necessidade de escolher aliados ocidentais/orientais. No contexto da Guerra Fria, uma nova coalisão entre países soava como grande ameaça, seja para os Estados Unidos ou para a União Soviética, e isso se dava principalmente sobre o fato de que a criação de acordos e novas alianças entre países africanos e asiáticos poderia se sobressair as alinhadas das grandes potências. Para Raissa Reis e Taciana Resende (2019), essa ameaça se dava a uma não aceitação por parte dos países afro-asiáticos de se manterem sobre uma lógica de manutenção dos poderes do colonizador, sendo assim, essa nova coalisão entre países terceiro-mundista transcenderiam os interesses e desencontros da Guerra Fria.

Em sua conjuntura estrutural, a Conferência de Bandung reuniu 29 delegações, sendo 23 asiáticas e 6 de países africanos, no total, reunindo mais de 1,5 bilhão de pessoas, demonstrando, dessa forma, sua exponencial importância no contexto da geopolítica e das relações internacionais, haja vista que no contexto pós-guerra órgãos internacionais, tais como a ONU, na sua missão de promover a paz, reconhecia a importância dos países periféricos no contexto de paz mundial. Nesse contexto, Reis e Resende (2019) ressaltam que:

A noção de equilíbrio mundial ganhava força pela apropriação do vocabulário das Relações Internacionais, consagrado pela criação da ONU, em 1945. Em uma conjuntura posterior aos conflitos de 1939-1945, o temor dos grandes embates armados era amplo, e os territórios chamados periféricos emergiam como atores necessários (REIS, RESENDE. 2019. p.313)

Para além disso, a Conferência de Bandung ressalta um dos principais objetivos fundadores da cooperação entre países do eixo sul: a tomada de decisões frente as demandas internacionais. Sendo assim, esses países impunham sua autonomia nos contextos das negociações internacionais e na necessidade de se estabelecer debates, pretendendo deixar de lado a lógica de interesses do colonizador. Com isso, a Conferência de Bandung atraiu para o contexto geopolítico a “Política de Encontros”, concebida, nesse, como um momento de ocupação de espaços oficiais que antes eram destinados e ocupados somente por países do eixo imperialista e colonizador. Nesse cenário, Reis e Resende (2019) ressaltam que o não alinhamento desses países com as grandes potências, e sua lógica desenvolvimentos, se tornam um solo fértil para sedimentação dos anseios dos países terceiro-mundista.

No tocante a sua trama, a Conferência de Bandung foi um marco histórico no que se refere a geopolítica, mas também de pontos de inflexões acerca do cumprimento dos seus anseios, e isso se deu essencialmente por conta de divergência e de políticas de não-alinhamento com grandes nações, uma vez que esses países tinham como principal eixo de união a não aceitação da lógica colonialista.

No primeiro número do Asian-African Conference Bulletin [...] o primeiro-ministro da Indonésia, organizador e também representante oficial de Bandung, busca elencar os denominadores comuns do evento. Para o premiê, os problemas sociais, econômicos e culturais compartilhados entre as nações têm sua razão de ser no colonialismo ao qual todas estiveram submetidas em algum momento de sua história (APUD AFRICAN-ASIAN CONFERENCE BULLETIN. 1955. p. 7)

Outro ponto destacado por Reis e Resende, é a ausência de documentos e de materiais que visem o aprofundamento conjuntural da Conferência de Bandung no que se refere a declarações

oficiais, acordos, protocolos, etc. A ausência de material complementar em conjunto com as declarações oficiais e protocolares de seus envolvidos finda por invisibilizar as dificuldades de realmente estruturar, no sentido mais completo do termo, a solidariedade entre os povos (REIS. RESENDE, 2019. p. 315)

Tal situação se dar por dois motivos: o primeiro, é que a lógica da Conferência de Bandung visa a propagar ideias de países que mantêm como denominador comum a colonização; e o segundo, o fato de colocar em discursão a frágil solidariedade internacional para com países do terceiro-mundo. Como ressaltado anteriormente, embora a cooperação entre países do eixo sul tenha como uma das principais missões a necessidade de espaço frente a tomada de decisões do mundo, assim, pleiteando um local de destaque junto de grandes potências, a Conferência de Bandung possui em sua conjuntura problemas sociais, coloniais, culturais, econômicos, etc.

Por esses e outros motivos a Conferência de Bandung por diversas vezes teve o seu êxito postergado ou ameaçado. Para exemplificar isso, destaca-se a presença dos Estados Unidos no fronte de investigação dessa conferência, por meio do seu serviço de inteligência, que tinha como objetivo central afastar os “perigos” externos ante essa nova cooperação entre países terceiro-mundistas. Ante vários fatores e ameaças, uma é tida como central para justificativa da necessidade de investigação norte-americana frente aos anseios da Conferência de Bandung: a presença simbólica da China Comunista. Tal presença iria de encontro a vários interesses do ocidente, primeiro pela China ser um grande óbice das pretensões de expansão dos Estados Unidos, segundo, pelo receio de aderência dos países não-alinhados de ideários que esses países poderiam tomar frente a formação de uma geopolítica bipolar.

No contexto histórico e das relações internacionais, a Conferência de Bandung é tida com um marco frente as regras da geopolítica mundial baseada em uma “solidariedade” terceiro-mundista, uma vez que as nuances da Guerra Fria não foram suficientes - embora sua não aceitação não fosse unanime entre os 29 países envolvidos – para conter, na política internacional, a participação de países que viviam sob viés dos grandes impérios coloniais, pleiteando se espaço de cooperação e cultural, ao mesmo tempo que fazia resistência frente ao colonialismo e o neocolonialismo.



Imagem 1 Países participantes da Conferência de Bandung (1955)



Imagem 2 O presidente indonésio, Bung Sukarno, faz discurso na cerimônia de abertura da Conferência Ásia-Africano. (1955) Fonte: Diário do Povo Online

Em 1961, por meio da Conferência de Belgrado, uma iniciativa do governo da antiga Jugoslávia e dos governantes do Egito, Índia e Indonésia, junto de mais 28 Estados, fundaram o Movimento dos Não-Alinhados, marcando a convergência entre países do Sul e a defesa da necessidade de mais autonomia, que de acordo com Jessica Delgado (2018 p.24), tinham por “objetivo não se aliar à potência comunista nem à ocidental capitalista, evitar a tensão e rejeitar o colonialismo e as práticas econômicas desiguais”. Junto disso, encontrava-se outros obstáculos, uma vez que a cooperação Sul-Sul possuía entraves entre o apoio e a lógica colonialista, ou a defesa da pacificação e multilateralismo.

Tal conferência, possui vários momentos, recebendo destaque a Conferência do Cairo (1964) e a Conferência de Argel (1973), destacando a presença países que tinham por intuito

pressionar as grandes potências e buscar melhores condições para países subdesenvolvidos nas relações econômicas.

Através disso, uma série de conferências e organizações vieram a ser fundadas, entre essas a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no ano de 1964, que tinha como objetivo a ajuda aos países na formulação de políticas públicas e no fomento ao intercâmbio de experiências; em 1966, cria-se a Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial (UNIDO), que objetiva o oferecimento de promoção da industrialização de países subdesenvolvidos, e também, no mesmo ano, o G-77, um grupo formado por 77 países emergentes, que firmaram a Declaração conjunta na defesa do Comércio Internacional Igualitário. Além do mais, de acordo com Jessica Delgado (ano) a década de 1960 culminou em diversos arranjos regionais e sub-regionais de integração, como o Mercado Comum da América Central (1960), Associação Latino- Americana de Livre-Comércio (1960), Organização da União Africana (1963), União Econômica e Aduaneira da África Central (1964), Associação das Nações do Sudeste Asiático (1967) e o Pacto Andino (1969) (apud LEITE, 2011. p. 25).

No ano de 1970, com vários acordos, conferências e organizações já instauradas, os países do sul buscaram implantar uma nova ordem econômica internacional, com isso, buscando a garantia de melhores condições comerciais e uma maior cooperação entre os Estados, tal ordem culminou com a criação da Declaração sobre o Estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional e o Programa de Ação sobre o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Mundial, tais decisões possuíam como corpo a aceitação das exigências impostas pelos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos.

Embora tivessem suas exigências aceitas por parte dos países desenvolvidos, os países do Sul acabaram por vivenciar o contrário do que outrora se estabelecera, isso se deu justamente por questões de prioridades na escolha dos parceiros comerciais, de categorias de países para se manter maiores relações comerciais, países que obtiveram maiores vantagens econômicas frente a outros países emergentes, embora alguns territórios tenham se destacado nas vantagens ganhas por parte dos países desenvolvidos. Para exemplificar, de acordo com Jessica Melo (apud FIRKOWSKI, 1990) países, sobretudo do continente asiático, passaram a ter maior desenvoltura no aspecto industrial e isso propiciado pela Nova Divisão Social do Trabalho, pós 2ª Segunda Guerra Mundial, a exemplo disso, países como Coreia do Sul, Tailândia, Hong Kong, dentre outros, passaram a receber dos países desenvolvidos um maior incentivo no aspecto da participação na produção industrial por meio do estímulo econômico, tal aspecto não se estende exclusivamente para países do continente asiático, uma vez que o Brasil e o

México, exemplo de países que receberam esses incentivos econômicos no continente americano, também vivenciaram dessa lógica cooperacional.

De acordo com Jessica Delgado (2018) uma das razões para isso encontra-se no grande mercado consumidor que esses países detinham, bem como mão de obra barata, a exemplo de Hong Kong. No aspecto das parcerias econômicas exercidas entre países desenvolvidos frente aos países do sul, destaca-se a participação dos países latino americanos, uma vez que esses foram os principais recebedores de investimentos econômicos dos países desenvolvidos, e isso se dava principalmente por uma melhor taxa cambial, menores taxas de juros, maiores taxas de créditos, melhores reservas econômicas, etc., em contrapartida, esses países recebedores dos investimentos, foram os que acabaram contraindo as maiores dívidas econômicas, gerando uma desestabilização na balança comercial e financeira, e como consequência geral a estagnação econômica nos anos seguintes a 1980.

Além do mais, tal cooperação, sobretudo na América Latina, ficou comprometida, uma vez que uma das várias soluções encontradas por órgãos econômicos mundiais, tais como o FMI e o Banco Mundial, acataram como medida para diminuição de futuros impactos a imposição do déficit fiscal, controle de hiperinflação, etc., uma vez que os incentivos econômicos outrora concedidos, culminaram em desigualdade social, altas taxas de desemprego, descontrole sobre a inflação, dentre outras consequências.

Nos anos seguintes a 1980, a cooperação sul-sul percorre novos caminhos, dessa vez com países do sul, ou seja, países emergentes, frente a tomadas de decisões. Para tal protagonismo, concedendo nesse aspecto atenção para o Brasil e Índia, que passaram a ocupar posição de destaque a partir dos anos finais do sec. XX.

Diante do exposto, uma das dezenas de fatores que vieram resultar nessa ruptura do eixo Norte-Sul tem consequências (leia-se mudanças) que geraram resultado positivo no tocante à fortificação dos eixos de cooperação Sul-Sul, tendo nesse momento como principais aliados os países em desenvolvimentos (do próprio eixo Sul, a exemplo dos países africanos, Brasil e Índia), a criação de grupos como o G-20, as diversas conferências - tais como a Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento, que resultou no Consenso de Monterrey, em 2002 -, a criação do BRIC, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), dentre outras.

Nesse aspecto, a lógica de Cooperação do eixo Sul-Sul passa a responsabilidade de protagonismo para países centrais nas novas tomadas de decisões, deixando de lado as cooperações que anteriormente eram fomentadas, em grande parte, por países desenvolvidos, a exemplo dos EUA ou pelos demais países da Europa.

Tendo como recorte temporal o Governo de Luiz Inacio Lula das Silva, que se torna de extrema importância, haja vista que é partir dos anos 2000 que o Brasil de fato adentra de forma profunda nas cooperações com países do eixo sul, sem deixar de lado outros países parceiros, que, nesse momento, não serão aprofundados, visto que tal trabalho intenciona ampliar análises da agenda política externa brasileira, sobretudo no âmbito educacional, para com o continente africano.

1.2 O ATLÂNTICO SUL E A RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA.

Como já citado anteriormente, examinar e traçar precisamente uma linha cronológica da cooperação entre os países do eixo sul é controverso, seja do ponto de vista dos seus autores, de documentações, de periodização histórica, etc., no entanto, sua compreensão a partir do viés social, político e econômica se torna relevante. Em suma, a cooperação entre países do eixo sul visa a uma crítica a ordem internacional vigente, as desigualdades, as prioridades de regimes internacional e na busca de maior solidariedade entre os países em desenvolvimento.

Trazendo a cooperação sul-sul a partir do viés político brasileiro, essa adquire novas dimensões a partir do Governo Lula (2003-2010), com a efetivação de novas práticas de diálogos no âmbito internacional, colocando o Brasil como um ator de influência, propiciador de debates. Mariano, Ramanzine e Almeida (2015, p. 4) ressaltam que uma das diferenças dos governos anteriores em relação ao governo Lula, em relação à política externa, é que este foi capaz de propiciar maiores condições de operacionalização fazendo das ações brasileiras um plano de no que se refere às relações bilaterais, inclusive em áreas mais específicas, tais como comércio internacional, defesa, meio ambiente, etc.

No decorrer do governo Lula, uma série de órgãos e eventos são implementados, e isso exige por parte de alguns pesquisadores a necessidade de divisão em fases da política cooperacional brasileira a partir dos anos 2000. Assim, a cooperação do Brasil para com o eixo sul deve ser analisada em duas épocas, sendo a primeira de 2003 até 2008, e a segunda de 2009 a 2014, abarcando, nesse caso, o de Dilma Rousseff¹. Sendo assim, Mariano, Ramanzine e Almeida (2015) destacam que há diferenças significantes entre a primeira e segunda fase, em

¹ que também se encontra inserida, de forma indireta, dentro do recorte temporal desse trabalho, haja vista que uma das políticas educacionais a serem analisadas mais a frente é a UNILAB, que, embora tenha sido pensada no Governo Lula, só tem a sua concretização no governo Dilma

que a primeira fase se caracteriza como de transformações e de valorizações no tocante a economia, e a segunda fase sob um viés econômico pós-crise, a partir da crise de 2008.

Na primeira fase, há transformações significativas na política doméstica com a retomada do crescimento econômico, controle do endividamento externo, ampliação do mercado doméstico, das reservas internacionais do país e dos fluxos comerciais. A valorização das commodities minerais e agrícolas no mercado internacional, muito em função do aumento da demanda chinesa é algo que contribui para a manutenção dessa situação do ponto de vista econômico. A segunda fase, iniciada no contexto pós-crise econômica mundial é concentrada na tentativa de obter ganhos concretos e de consolidação das preferências nacionais articuladas com a cooperação Sul-Sul. (MARIANO, RAMANZINE E ALMEIDA. 2015, p. 16)

No tocante a participação do Brasil ante a lógica cooperacional com o eixo sul, destaca-se como de grande relevância a criação do IBAS (2003), a manutenção do G-20 (1999) a reativação da UNCTAD (2004), e mais a frente, em 2008, a criação da ABC (2008) - sendo essa de suma importância para o diálogo cooperacional com países do continente africano.

Ao analisar os interesses do Brasil no âmbito da cooperação sul, um importante elemento ganha destaque: a visibilidade que o país passa a ter frente a lógica cooperacional. Não obstante, é perceptível que o Brasil, junto com outros países de grande influência dentro do contexto econômico global, são responsáveis por tomarem a frente dos assuntos comerciais e econômicos, entre eles, a criação do BRICS, tido como um grande elemento no tocante a cooperação sul, não somente do ponto de vista geográfico, mas sim do ponto de vista econômico e geopolítico.

Como já citado anteriormente, a cooperação sul-sul não tem por foco somente o âmbito econômico, mas sim uma cooperação solidária visando ao fortalecimento de vários setores sociais, culturais, e até mesmo educacionais. Embora a expressão “solidariedade entre os países do sul” seja algo muito recorrente, é válido analisar o real interesse dos países inseridos dentro dessa lógica, sobretudo os interesses do Brasil, particularmente aqueles voltados para o continente africano.

Ao analisarmos a cooperação entre países do eixo sul, um elemento central, do ponto de vista geográfico é o mar territorial. Não obstante, esse elemento é um /dos que mais chamam atenção ao se analisar as relações comerciais, que em sua maioria, se dão pelos mares, sendo assim, fica notório o interesse de grandes países em manter disposições por continentes que possuem vasto mar território, e os motivos pelas quais essas porções de terra são tão disputadas entre as grandes potências.

Com o Brasil, tal realidade não é diferente, uma vez que sua localização geográfica permite ter mais de 7.500km de extensão litorânea, posição de abertura para o norte do Caribe, para o sul da Antártida e para leste da costa africana; não à toa que no tocante a relações comerciais marítimas, o Brasil se destaca por grandes portos de escoamentos. Para além disso, destaca-se a vasta riqueza propiciada pelo solo fértil, bem como de recursos minerais, que faz do Brasil, nas relações comerciais, um verdadeiro “pote de ouro” ante os anseios do mundo globalizado. De acordo com Pereira e Barbosa (2012, p. 65), são essas possibilidades que dão ao país perspectivas econômicas e políticas.

Sabendo da sua projeção internacional, ao longo de anos o Brasil adota – e se compromete – com medida que visem assegurar sua posição no Atlântico Sul, sobretudo a partir de programas, tais como: as políticas públicas voltadas para o fomento da pesca, da navegação de cabotagem, de pesquisas e de atividades ligadas ao turismo. Outro ponto a ser destacado, é a cooperação existente entre Brasil e países do continente africano dada a aproximação marítima continental. Dessa forma, o Brasil defende seus interesses nacionais frente a grandes potências econômicas, fazendo prevalecer sua política de multilateralização e democratização, ao passo que mantém sua proximidade sedimentada nos laços políticos e culturais com o continente africano (2012. p. 66)

É válido periodizar as relações entre Brasil e África em cinco períodos diferentes, presente no relatório mundial, elaborado pelo IPEA, em 2012. Sendo assim, esses períodos compreendem:

- a) da fase de dominação colonial, do século XVI até o início do século XIX, caracterizado pela intensa troca, não somente de escravos, mas também de ideias e habilidades;
- b) o segundo período, que varia de 1822, com a independência do Brasil, passando pela abolição da escravatura, pela expansão europeia no continente africano, se prologando até os anos de 1950;
- c) o terceiro período marcado pelo processo de descolonização, nos anos de 1960, que se tem uma criação de novos estados independentes na África;
- d) o quarto período, que se inicia de 1961 até metade da década de 1980, onde o Brasil, mesmo no contexto da ditadura militar, mantém laços de cooperação com países do continente africano, sobretudo em matéria de cooperação técnica-militar;
- e) e o quinto período, que se entende de meados de 1980, até os dias atuais, passando o governo Lula. (RELATÓRIO BANCO MUNDIAL; IPEA, 2012)

Levando em conta o recorte temporal desse trabalho, cabe, nesse contexto, uma análise do quinto período, que pode ser considerado o de maior apogeu no tocante as relações estabelecidas entre Brasil e África, sobretudo com os países lusófonos, que sob o discurso de mesma vivência de colonização, aproximação cultural e similaridade linguística, estreitaram os laços comerciais desde o governo de Getúlio Vargas. Pereira e Barbosa (2012, p. 63) ressaltam que “a administração Lula reativou o interesse do Brasil com a África, e o utiliza como base para estender a influência global no continente”. Tal relação é propiciada a partir da ideia de um novo Brasil global e uma nova África renascida. No entanto, é válido questionar quais os reais interesses do Brasil em cooperar com a África, e desde já, ressalta-se que tal relação serve para ampliar sua influência no contexto geopolítico, ao passo que investe em países com pouca influência e baixo peso na balança comercial frente a economia internacional.

Em vista disso, o continente africano se torna um vasto território para exportação de capital e tecnologia, de produtos primários, serviços e manufaturas. Embora se tenha como pano de fundo o caráter cooperacional de solidariedade, o Brasil busca por meio da África atingir seus interesses econômicos, bem como alcançar novos mercados, tais como o continente asiático, por meio do oceano Índico.

Além do sul do continente africano estar se tornando uma base logística, o Atlântico Sul (e também o Índico) desponta como zona de imensos recursos energéticos, com jazidas de gás e petróleo, como o pré-sal. Dessa forma, as duas margens do Atlântico tem sido palco de novas descobertas, bem como partes importantes do Oceano Índico (PEREIRA. BARBOSA. 2012, p.63)

Logo, fica claro que as relações no atlântico sul visam sobretudo a manutenção de uma soberania de águas territoriais, bem como de uma forte zona de influência capaz de despertar interesses de todos aqueles que buscam expandir sua economia e fronteiras comerciais por meio do atlântico sul. Nessa lógica de exportação de conhecimento, como meio de atingir seus interesses econômicos, é necessário buscar elementos que fizessem isso ser possível, nesse cenário, o Fórum IBAS é um dos principais mecanismos propiciadores dessa lógica cooperacional Sul-Sul.

1.3 O IBAS E A COOPERAÇÃO SUL-SUL

O Fórum de Diálogos IBAS é uma iniciativa entre Índia, Brasil e África do Sul que tem por principal intuito promover a cooperação Sul-Sul. O fórum fora realizado pela primeira vez, em Brasília, na data de 6 de junho de 2003, por iniciativa dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos respectivos países, que culminou na “Declaração de Brasília”. Atualmente,

no Governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-atual), o Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) encontra-se alocada na pasta ministerial da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Atualmente, a presidência do IBAS encontra-se sob direção da Índia. Ao longo dos anos já se realizaram 6 cúpulas do IBAS, sendo a mais recente em 5 de setembro de 2021, sob o tema "Democracia para a Demografia e Desenvolvimento". Em sua estrutura, o Fórum IBAS tem como principais objetivos:

a) promover o diálogo Sul-Sul, a cooperação e posições comuns em assuntos de importância internacional;

b) promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões das quais os países fazem parte;

c) promover a redução internacional da pobreza e o desenvolvimento social;

d) promover a troca de informação trilateral, melhores práticas internacionais, tecnologias e habilidades, assim como cumprimentar os respectivos esforços de sinergia coletiva;

e) promover a cooperação em diversas áreas, como agricultura, mudança do clima, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimento, turismo e transporte (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2019)

Para além do que fora citado anteriormente, o Fórum IBAS também busca promover o combate à pobreza e a troca no setor de tecnologia, informação, etc. E, embora seja um bloco único e trilateral, o fórum IBAS presta auxílio a outros territórios que também são envolvidos dentro dessa lógica cooperacional sul-sul, a exemplo da Guiné-Bissau, Haiti e Palestina. De acordo com Mariano, Ramanzine e Almeida (2015) tal razão se encontra na intenção de garantir um assento permanente no conselho de segurança da ONU, afim de assegurar local de tomada de decisões no tocante a segurança mundial, tendo como balizador das relações a cooperação militar entre os países inseridos. Tal catalisação, baseado no processo militar, fica evidente a partir da cooperação militar efetivada entre o Brasil, Índia e países africanos, afim de elaborar uma rede de segurança que assegure a soberania entre os três continentes na qual esses países fazem parte – América do Sul, Ásia e África, respectivamente.

Nesse contexto, Ana Lucia Pereira e Luiza Barbosa (2012) ressaltam que:

Dada a importância geoeconômica ascendente do Atlântico Sul, as trocas militares entre as duas margens assumem um papel relevante nas relações entre os três países. Índia e Brasil possuem marinhas fortes, com mais de 50.000 embarcações. Em

comparação com a marinha sul-africana, com números menores, podem desempenhar um papel de coordenação no futuro[...] A partir da perspectiva trilateral, a lógica geoestratégica do IBAS é clara – o objetivo é o de criar uma ligação marítima entre o Atlântico Sul e o Oceano Índico. (PEREIRA. BARBOSA. 2012, p.64)

Sendo assim, o IBAS mantém a sua consolidação no contexto geopolítico, ao passo que resguarda fortes diálogos para que se efetive o almejado multilateralismo, visando uma nova ordem de poder, podendo assumir o seu objetivo de promover uma nova orientação na geopolítica a partir do contexto de ganho de legitimidade ante o cenário internacional.

Mais uma vez, a relação entre Brasil e África se projeta grandiosamente frente a cooperação sul-sul, e isso ficará mais nítido no próximo capítulo, onde buscarei analisar as relações diplomáticas estabelecidas entre o Brasil e países do continente africano durante os dois mandatos do governo Lula, que desde o primeiro ano de mandato, por meio de seu discurso, já deixava claro a necessidade de inclinação da agenda diplomática externa brasileira, sobretudo para a África.

2. COOPERAÇÃO SUL-SUL PELA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI) BRASILEIRA

Cooperar com quem, desenvolver para quê? Assim como aponta Cláudio Alves Furtado (2013), essas são perguntas que devem ser feitas ao se analisar agendas diplomáticas entre países do eixo Sul-Sul, ou Norte-Sul, visando ao aspecto econômico. Objetivando estabelecer as tangentes sobre a cooperação dos países do oriente e ocidente para com os países do continente africano, Jessica Delgado (2018) e Cláudio Alves Furtado (2013) trazem como objetivo de reflexão a necessidade de se estabelecer pontos convergentes e divergentes no âmbito das cooperações. No âmbito cooperacional, Cláudio Furtado entende que cooperar e desenvolver encontram-se na condição de complementariedade, ou determinação de uma perspectiva, logo a cooperação para o desenvolvimento dos países africanos emerge na condição de discurso político, seja por meio de narrativas, seja por meio da necessidade da consolidação e construção de novos estados.

Nesse tópico, visando a estabelecer uma linha do tempo acerca das políticas dos países globais, sobretudo o Brasil, objetivamos analisar de que forma os governos brasileiros, desde João Goulart (1961-1964) até Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) estão inclinados para o continente africano.

A mesma motivação usada durante o Governo Sarney, diante do Tratado de Cooperação Técnica e Amizade (1977), foi se perpetuando nos governos anteriores e posteriores, e mantida no governo analisado nesta pesquisa: a narrativa histórica de vivência da mesma colonização, compartilhamento da mesma lógica cultural, linguística, etc. Para os países que visam uma cooperação, mas não podem usufruir do mesmo estopim, - haja vista que viver dessa lógica não é o principal meio para o início dessa cooperação, pois é sabido que não existe cooperação e desenvolvimento sem um interesse econômico e político, mesmo que de forma individual – os demais países, com ênfase para aqueles do Norte, utilizam do argumento que preza pela erradicação da fome, doenças pobreza, etc. (estereótipos esses impregnados e sempre associados ao se falar do continente africano).

No âmbito das cooperações e desenvolvimentos, Claudio Furtado (2013), ver em tais termos algo altruístico, um financiamento de desenvolvimento por parte das grandes potências que buscam investir e satisfazer seus interesses econômicos no continente africano, com ênfase para os países do Norte, que embora sejam os financiadores são os mesmos que vieram a explorar o continente africano em séculos anteriores – e que continuam fazendo isso até os dias atuais, uma vez que é sabido da vontade de se fazer de alguns países do continente africano

laboratórios de estudos pertinentes à saúde, bem como a sua exploração mineral e de mão de obra – assim, retoma-se a ideia de uma cooperação que se dar de forma conjunta – ou não -, e de forma mutuamente vantajosa.

Tendo em vista as considerações iniciais e as ponderações do capítulo anterior, busca-se compreender e traçar uma linha do tempo da participação do Brasil com os países africanos. De fato, depara-se com grandes dificuldades, uma vez que a política brasileira hora se ver assombrada por ameaças e vigência de governos militares, hora por mudança do espectro político-ideológico, vivenciando a polarização entre governo de esquerda ou de direita. Falar de cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, ressaltando a inclinação dos países do globo para os países do continente africano, é respaldar as agendas de desenvolvimento industrial e isso se reflete no continente africano de várias formas, seja na instalação de grandes empresas de capital internacional, seja na mão de obra barata utilizada para girar as engrenagens dessa cooperação. Assim, faz-se necessário analisar também a inclinação da agenda política dos governantes brasileiros anteriores.

Embora o tema dessa pesquisa seja delimitado até o ano de 2010, tal análise só é possível por decisões tomadas nas décadas de 60 e 80 do século passado, sobretudo durante o Governo Sarney, que inicia toda uma agenda de cooperação para o continente africano, de caráter técnico e de amizade, pautada em ideia de similaridades histórica, colonialista e cultural.

No tocante a cooperação Brasil-África, é necessário retroagir ao governo Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) que buscam estabelecer relações com a África no âmbito das similaridades sociais. Assim, a agenda política de João Goulart estabelece a política externa independente (PEI), possuindo como objetivo a luta pela paz mundial, o apoio a descolonização dos países que ainda viviam sob domínio dos países do Norte e, não menos importante, a ampliação do mercado externo brasileiro, utilizando do artifício de questionamento da hegemonia norte-americana no continente africano bem como o não interesse desses países africano pela diversificação de mercados comerciais.

Nos anos seguintes, já passando pelos anos duradouros da Ditadura Civil Militar instaurada no Brasil, e com duração com mais duas décadas, é notório por parte da historiografia a inclinação desse governo para países do eixo Norte, embora se tenha relações diplomáticas com países do eixo sul. Do ponto de vista historiográfico, e que se reflete até os dias atuais, um dos vários problemas que se tem acerca desse período no Brasil diz respeito aos ataques a instituições democráticas e, por consequência, uma dificuldade no que concerne ao fator transparência.

Analisar documentação sobre as relações diplomáticas estabelecidas nas décadas de 60 e 70 do século passado, é tratar da conformidade de haver lacunas, desaparecimento de documentação, repreensão documental e falta de transparência por parte dos órgãos componentes, tais com o Ministério das Relações Exteriores e o Itamaraty. Hoje os órgãos de maior responsabilidade pelo estabelecimento das relações diplomáticas brasileiras no cenário mundial. Logo, há uma defasagem documental, junto a uma falta de transparência e ocultação desses documentos, o que tem dificultado o acesso as informações mais pertinentes sobre as relações diplomáticas estabelecidas com países do continente africano nesse período.

Adentrando o período da redemocratização, tem-se nesse cenário o governo de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tendo como ponto de partida o governo de José Sarney, onde viera celebrar o Acordo de Tratado e Amizade e, posteriormente, com a manutenção e desenvolvimento desses tratados e acordos por parte dos governos sucessores.

Por meio da análise documental um fator chama atenção, não só no campo historiográfico, mas também nas relações internacionais, que é o fato dos governos anteriores a Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) celebrarem acordos com os países africanos, com forte apelo ao quesito militar. Embora se tenha acordos, tratados e memorandos em várias áreas, tais como na educação, saúde, defesa, etc., é perceptível uma inclinação de governo anteriores a 2003 para o enquadramento militar; são cursos de capacitação de aparato tecnológico, acordos de utilização de espaços aéreo e marítimo, dentre outros.

No que concerne ao Governo Lula e sua agenda diplomática, é notório o salto dado pelo Brasil no tocante a cooperação e desenvolvimento, uma vez que é durante o Governo Lula que de fato se tem uma reaproximação brasileira para com os vários países do continente africano, o leque de investimentos se expande para diversos setores, ressaltando a indústria, educação, energia, alimentação, saúde, segurança pública, etc. Um elemento chave de investimento do Governo Lula é o foco dado a Educação e a Industria.

Nas engrenagens da cooperação Claudio Furtado (2013) busca analisar o plano político da política externa do governo Lula para com os países africanos, haja vista que o governo em questão pode ser considerado aquele com maior inclinação para com os países africanos e que se propôs a fomentar os setores econômicos, comerciais, políticos, etc. Tendo como plano econômico de análise os anos de 2005 a 2009, Furtado (2013) busca ressaltar o salto de investimentos econômicos para com a África, a exemplo disso, no quesito cooperação técnica, os investimentos saltam de 35.1 milhões, em 2005, para 97.7 milhões em 2009, de acordo com

o IPEA (2010), e o mesmo cenário se perpetua para outros setores, tal como a educação. Sobre o assunto, Claudio Furtado (2013), ressalta que:

Em todo o caso, cabe ainda ressaltar que a educação, particularmente o ensino superior e o intercâmbio acadêmico, tem tido um relevo significativo nas estratégias e políticas de cooperação do Brasil. Com efeito, do volume total de recursos alocados para o setor entre 2005-2009, 44,4 milhões de reais se destinaram ao financiamento de bolsas de estudo, particularmente o PEC-PG, o que representa 6,1% do total do volume de recursos para a cooperação (FURTADO, 2013, p. 231)

É perceptível que para além do aspecto econômico comercial, o governo Lula possui como um dos pilares de investimento o setor educacional. No o tópico seguinte será tratado exclusivamente da política externa do governo Lula para com a África.

2.1 A Política Externa Independente (PEI), o governo Lula e o continente africano.

Ao longo do próximo ano, pretendo abrir novas representações diplomáticas no continente africano.

Ao tomar posse, há poucos meses, determinei máxima prioridade ao relançamento de nossas relações com o continente africano e, em especial, com os países de língua portuguesa.

A Embaixada que hoje inauguramos é o símbolo mais concreto e visível da renovação da política do Brasil para a África.

Senhoras e senhores, a criação de uma representação diplomática residente em São Tomé, no entanto, é mais do que um gesto simbólico. É a expressão palpável e efetiva da aproximação, do diálogo e da identificação de interesses e oportunidades que o Brasil deseja estabelecer com o povo são-tomense de qualquer forma, eu quero dizer aos ministros de São Tomé e Príncipe que podem ter certeza que a nossa relação não será marcada apenas pela burocracia diplomática, mas pela disposição política da nossa diplomacia, do meu governo e do Presidente da República. Agora, a relação é para valer. (DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tome e Príncipe São Tomé e Príncipe, 02 de novembro de 2003)

A citação acima faz parte do discurso da criação da embaixada brasileira, em novembro de 2003, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, durante o governo do então eleito Presidente, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), que desde o primeiro mandato, já prometia uma aproximação com o continente africano em diversos setores, e isso se reflete nos números que serão ressaltados mais à frente.

Impulsionado a partir de 1960 com a Política Externa Independente (PEI), desde então observa-se momentos de baixas no que concerne a agenda diplomática brasileira com a África, que, no próximo capítulo busca-se analisar a agenda política do governo Lula, principalmente com os países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tendo como membros Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde e Guiné-Bissau, sobretudo no âmbito educacional, assim, analisando a forma a qual os bilhões de reais foram injetados no continente

africano, levando-se em consideração os interesses econômicos e de reciprocidade entre ambos os países inseridos nessa lógica desenvolvimentista, sendo comprovado pelos inúmeros projetos de aperfeiçoamento de mão de obra, projetos educacionais, aberturas de órgãos internacionais, etc., e isso pautados na já ressaltada aproximação cultural e colonizadora, e nesse momento, sobre uma dívida histórica com a África.

A política externa, como toda atividade política, como quase tudo na vida, é feita de razão e de emoção. Há poucos dias, retornei a Gana, em minha 8ª viagem à África. Lá discutimos temas importantes para o futuro do mundo, mas lá também vivi a emoção de visitar a “Casa Brasil”, uma homenagem à comunidade dos Tabons, descendentes de escravos retornados, que preservam em solo africano um pouco do Brasil que seus antepassados conheceram. Foi um encontro que serviu para relembrar a força dos vínculos que unem o Brasil ao continente africano e que devem fazer da diplomacia essa mistura de razão e emoção que acabo de mencionar. (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata. Palácio Itamaraty. Lula, 2008)

Além do mais, tal agenda diplomática visa ao alcance e inserção por novos mercados internacionais e fomento diplomático e econômico com outros territórios.

Para vocês de São Tomé e Príncipe quero só lembrar que quando a gente chega aqui tem a impressão de estar chegando numa cidade brasileira, que a gente está chegando num estado como a Bahia e, porque não, Pernambuco? É que qualquer estado do Nordeste brasileiro lembra muito São Tomé e Príncipe. (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Lula. 2003)

Com base nos fatos mencionados nos tópicos anteriores, no Governo Lula de fato há uma reaproximação, em todos os sentidos, com o continente africano. Anteriormente, se observou uma distância, ou uma injeção estratégica de realocação de investimentos, deixando de lado setores como alimentação, educação básica, etc., assim, fazendo prevalecer um aspecto de aperfeiçoamento e investimento em tudo que concerne ao âmbito militar.

A política PEI, como já citada antecipadamente, é um elemento central para que haja esse intercâmbio de investimento e políticas entre Brasil e África, haja vista que essa Política Externa Independente urge como uma necessidade de inserção do Brasil na política externa global. Como ressalta Patrícia Leite (2011, p. 82), a PEI buscava “aumentar a participação brasileira nas questões internacionais e diversificar as relações com outros Estados, a fim de alcançar desenvolvimento econômico e projeção política condizente com as potencialidades do país”, cujos pilares estavam fincados na autonomia, inserção internacional, não intervenção e autodeterminação dos povos.

Como já citado no capítulo anterior, a Guerra Fria é responsável pelo alinhamento com novos países que não estavam em consonância com os anseios dos Estados Unidos da América e nem da União Soviética, sendo assim, o Brasil, nos anos iniciais da década de 1960, se limitava a ter relações com países de outros continentes de forma superficial, como nas Américas. Sobre o assunto, Digolin, Agata e Assis (2016) ressaltam que a prova desse distanciamento do Brasil para com África, se dá na “falta de atenção ofertada pelo país [Brasil] às independências africanas durante o governo de Jânio Quadros.”

O Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação. (QUADROS, 1961. P. 22)

Acima, destaco uma parte do discurso de Jânio Quadros em uma mensagem ao Congresso Nacional, no ano de 1961, onde deixa claro os anseios da aproximação diplomática com todos os continentes, inclusive com o mundo afro-asiático. Embora tenha uma maior proximidade com países europeus, ressalta a importância de ligações com o continente africano. “Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços tradicionais que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia.” (QUADROS, 1961, p.22)

Em trabalhos realizados anteriormente sobre essas relações exercidas entre Brasil e África, um ponto em especial me causou inquietação: o discurso utilizado pelos governantes brasileiros para se aproximarem do continente africano, balizados sobretudo por uma similaridade cultural, linguística e colonial, que, ao fim e ao cabo, acaba sendo um discurso para encobrir os verdadeiros anseios econômicos, industriais e de novos mercados a serem conquistados no continente africano. Esse discurso, que pude mapear, é utilizado desde o governo de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) até os dias atuais.

Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos político e cultural, uma verdadeira identidade espiritual. Se bem que em fases diversas de desenvolvimento, os problemas que nos confrontam, de um e de outro lado do Atlântico, são semelhantes, possibilitando, destarte, o aproveitamento das soluções encontradas. Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil. (QUADROS, 1961, p. 24)

Ao buscar estreitar os laços com a África, Quadros acentua que tal cooperação não se dá por uma questão exclusivamente de “modesta retribuição”, mas sim de pagamento de uma dívida histórica que o Brasil tem para com o povo africano. Longe disso, é sabido que, embora

tais relações se balizem por uma questão de amizade, tais cooperações também visam aumentar a participação do Brasil no cenário global, bem como expandir suas fronteiras no tocante ao comércio, industrializações e mercado consumidor, o que garantiria ao Brasil um solo seguro e fértil para o desenvolvimento.

Ao analisar as ações elaboradas pelo Governo de Jânio Quadros (1961-1961) para o continente africano, destaca-se a criação de um setor específico no Ministério das Relações Exteriores para ações voltadas para a África, bem como a criação de uma comissão compostas por representantes do Itamaraty para avaliar a possibilidade de criação de novas embaixadas em países recém-independentes. Como ressaltado por Digolin, Agata e Assis (2016) somavam vinte e sete países que conseguiram sua independência entre os anos de 1950 e 1962. Por meio da ONU, o governo Jânio Quadros apoiou a “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Povos e Países Coloniais”, que propiciara a inserção de novos países africano no órgão internacional.

Com base no período de acirramento de disputas no âmbito da Guerra Fria, tais aproximações, ressaltadas anteriormente, tem em sua conjuntura uma abrupta ruptura que fora causada pelo golpe militar ocorrido no Brasil entre os anos de 1964 a 1985. Nesse contexto, a agenda diplomática do Brasil para com a África adquire novos contornos, sobretudo a partir de protocolos de cooperações no âmbito militar, que se estende até o período de redemocratização, e volta a ganhar força nos anos finais da década de 1990, com o Governo Itamar Franco.

Embora seja um período conturbado da história do Brasil, os anos posteriores a 1964 também são marcados por benesses em relação a África, sobretudo no governo Ernesto Geisel (1974-1979), ainda que no governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969) tenha ocorrido aproximações com países africano, a exemplo da Uganda.

Para fins diplomáticos, destaca-se a atuação do Governo Geisel, no contexto militar, como sendo o de maior relevância no tocante às estreitas relações, e isso é notório por meio das criações de embaixadas, visitas oficiais, bem como a participação em eventos internacionais e incentivo a participação de alguns países africano nesse âmbito da cooperação global. A exemplo dessas reuniões internacionais, tem-se: a Conferência Mundial sobre o Apartheid (1978); a Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial (1978); a Conferência Mundial de Apoio aos Povos do Zimbábue e Namíbia; e a IV Reunião Anual da Junta de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento. Tais ações foram responsáveis, no contexto geral, em propiciar o fortalecimento diplomático e fomento no âmbito alimentício, educacionais, bem como de políticas voltadas para a saúde e setores produtos tais como a agricultura.

Com tais ações como ressalta Digolin, Agata e Assis (2016), estavam assentes em uma política baseada na horizontalidade e na não imposição de hegemonia (p.98). No entanto, como já fora destacado anteriormente, as ações de relações diplomáticas, em suma, possuem objetivos internos como plano de fundo, tendo como cortina de fumaça um discurso forjador, nesse caso, tais relações que anteriormente foram citadas, tinham como principal intuito fortalecer a geopolítica anticomunista e o fortalecimento da segurança coletiva, ao passo que o Brasil aumentara sua demanda por novos mercados consumidores e oferta de matéria-prima, assegurando dessa forma o desenvolvimento e seus anseios econômicos..

Com o processo de redemocratização, no governo de José Sarney (1985-1990), tais relações continuaram a se perpetuar, e embora com resquícios e interferências de ações militares, baliza suas ações para um novo modelo de cooperação sul-sul, voltada para uma maior cooperação entre países terceiro-mundistas, bem como para a necessidade de demonstrar uma maior independência financeira desses países ante um contexto final de Guerra Fria. Tais ações de Sarney, tem como uma de suas manobras a Declaração de Zona de Paz e Cooperação, que fora proposta na ONU em 1986, na qual busca uma maior cooperação regional entre países do eixo sul-sul, como na manutenção da paz nas regiões a quais exerciam tais cooperações.

Conforme observado mais à frente, uma nova forma de política externa será adotada pelo governo Lula, em 2003, ao assumir a presidência, o que já deixava claro que sua política externa seria baseada em fundamentos pautados em políticas públicas de mudanças de ordem, sobretudo, econômica e social. Embora muito amplo, esse último elemento norteador é responsável por inserir uma sólida política educacional, inclusive para o ensino superior, que serão analisadas no próximo capítulo.

No que concerne a PEI, é interessante notar o discurso lulista no qual lança uma política de cooperações igualitárias – embora utópica – entre todos os continentes, visando a manutenção de uma estabilidade macroeconômica, bem como de diálogos com vários países do mundo. Sendo assim, o governo Lula conseguiria manter seu papel de influência ante o cenário mundial, e passou a assumir um papel de protagonismo no eixo sul-sul, ao passo que, na políticainterna do Brasil, ganhou aprovação de setores chaves a partir das políticas externas que foram implantadas. Afinal, como já citado anteriormente, colaboração entre países do eixo sul-sul não são pautados por um quesito de independência, de solidariedade e de crescimento entre nações, antes de tudo, tais cooperações visam abarcar e atingir os interesses econômicos internos.

No seu primeiro discurso após a vitória nas urnas, em outubro de 2002, sobre o Brasil no contexto das relações internacionais, Lula ressaltou que:

É preciso reconstruir este país em todas as suas dimensões. Na política, na economia, na gestão pública, na harmonia institucional, nas relações internacionais [...] nas minhas viagens internacionais, e nos contatos que tenho mantido com líderes de diversos países, o que mais escuto é que o mundo sente saudade do Brasil [...] Saudade daquele Brasil soberano, que falava de igual para igual com os países mais ricos e poderosos. E que ao mesmo tempo contribuía para o desenvolvimento dos países mais pobres. Brasil que apoiou o desenvolvimento dos países africanos, por meio de cooperação, investimento e transferência de tecnologia. Que trabalhou pela integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe, que fortaleceu o Mercosul, e ajudou a criar o G-20, a UnaSul, a Celac e os BRICS. [...] (Lula, 2022)

Ainda hoje, em 2022, é interessante notar o interesse e necessidade do Governo Lula em lançar o Brasil novamente para o contexto das relações internacionais, afinal, nas últimas décadas, é difícil algum chefe de estado com tantas ações balizadoras de políticas externas, como Luiz Inácio Lula da Silva. Como ressalta Flávio Sombra Saraiva (2002), a diplomacia brasileira do governo Lula foi inovadora, sobretudo para com o continente africano.

Tendo como características de parcerias bilaterais, a partir de 2003, os números de embaixadas e de visitas presidenciais são uma amostra da fortificação dessas relações diplomáticas, assim, para de fins de expressividades, ressalta-se as mais de 34 viagens realizadas pelo presidente Lula ao continente africano – e outras dezenas pelos seus representantes – e a aberturas de novas embaixadas, tanto na capital federal (Brasília), quanto nos países africanos. De acordo com Gialianton Antonio Delfino (2019, p. 86), “a abertura e/ou reativação de embaixadas na África foi fundamental para a política externa do petista com os países africanos”, assim garantindo abertura de novos comércios, locais de grande produtividade e ainda espaços nas tomadas de decisões frente a grandes órgãos mundial, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Nós passávamos por cima do continente africano para parar em Roma, para parar em Paris, para parar em Londres, para parar em Frankfurt, para ir a Estocolmo, mas não parávamos na África, nem para fazer turismo. E agora nós redescobrimos o continente africano e só eu já fiz 21 viagens ao continente africano, já visitei 21 países no continente africano, e quero ver se no próximo ano faço visita a um outro grupo de países. E eu acho que os países da América do Sul devem visitar a África, porque nós não estamos habituados e nós precisamos construir uma nova parceria entre nós, descobrir oportunidades entre nós, ver no que nós podemos nos ajudar mutuamente. Ninguém precisa introduzir no seu país aquilo que a gente está introduzindo no nosso, porque isso leva tempo, tem que respeitar a cultura, respeitar a história, respeitar a composição política de cada país. (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a II Cúpula América do Sul-África Isla de Margarita-Venezuela. LULA, 2009)

Trazendo para o panorama numérico, de acordo com Jorge (2011), em 2004 o Brasil contava com embaixadas na Nigéria e República Democrática do Congo. Em 2005, com embaixadas na Etiópia, Tanzânia e Camarões. No ano seguinte, no Sudão, na Guiné, em Benim, Togo, Guiné e Equatorial. No ano de 2007, em Botsuana e Zâmbia. Em 2008, o órgão brasileiro

estava presente também no Mali e Congo. Tal expressividade demonstra as diferenças diplomáticas entre Lula e Fernando Henrique Cardoso, uma vez que durante o Governo FHC, o continente africano contava com um número reduzido de embaixadas. De acordo com Antônio (APUD VIGEVANI; CEPALUNI, 2007):

Lula procurou, através da sua “autonomia pela diversificação”, inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras (...), enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa da política externa (VIGEVANI, CEPALUNI. P. 87, 2007)

No próximo capítulo será apresentado as políticas públicas, projetos, acordos e memorandos executados pelo Governo Lula para a África, desde já, ressalta-se a realização de mais de 600 projetos visando ao âmbito educacional e tecnológico, em parceria com órgãos brasileiros de relevante grandeza, tais com o Sistema S (Senai e Senac, por exemplo), Embrapa e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e a criação do Departamento de Cooperação Humanitária por meio do Itamaraty.

Ainda no âmbito educacional, ressalta-se a importância de grandes programas, tais como a abertura de Centros de Ensino Tecnológico em Timor Leste e Angola. Além do mais, chama-se atenção para a criação de Centros de Formação em outros territórios, tais como Moçambique, Guine Bissau, etc., em conjunto com o SENAI, assim, faz-se questionar o real motivo por trás de tantos investimentos no aspecto profissional e tecnológico: grandes projetos para inserção de empresas estatais e privadas do Brasil para a África.

No âmbito educacional, Lula efetivou uma série de políticas públicas voltados para o ensino, tais como os Programas de Acesso à Educação Superior (PEC-G e PEC-PG), a criação da Universidade Federal da Integração Luso-Africana (Unilab), bem como outras grandes parcerias entre países africano e órgãos de educação e pesquisas brasileiras, tais como com o Instituto Rio Branco, e a criação do Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica)

3. POLÍTICA EXTERNA EDUCACIONAL BRASILEIRA PARA A ÁFRICA (2003/2010)

Como objeto central a ser analisado, ou seja, a política externa do governo Lula no âmbito educacional, destaca-se o PEC-G e o PEC-PG, programas de âmbito internacional, firmado em 1965 entre o Brasil e países em desenvolvimento, visando promover o ensino superior e também o intercâmbio estudantil entre vários países. Intermediado pelo Ministério das Relações Exteriores – entre o Brasil e países parceiros com foco no desenvolvimento econômico – tais projetos vieram a ser operacionalizados em 1965, tendo como missão principal a formação de jovens estrangeiros no ensino superior brasileiro de forma gratuita.

Tratar sobre os resultados e parâmetros do PEC-G e do PEC-PG requer antes uma análise histórica dos programas citados, uma vez que estes programas no período Lula vieram a alcançar o ápice da sua missão, sobretudo quando os mesmos estavam voltados para países do continente africano. Em governos anteriores tais aspectos não estavam voltados para o continente africano, mas sim para o europeu, visto que entre os anos de 1965 e 1974, a relação Sul-Sul (do ponto de vista econômico) não era concisa, assim, os programas estudantis estavam voltados para países do Norte, com ênfase para futuros graduandos dos Estados Unidos e Portugal, bem como para países latinos americanos, tendo em seu quadro estudantil estudantes do Paraguai, Bolívia, Uruguai, etc. Hoje, ao se referir ao PEC-G e PEC-PG, de imediato vem a relação Brasil-África, no entanto, tal intercâmbio e política externa são recentes, uma vez que embora se tenha uma presença mais efetiva de estudantes africanos a partir de 1977, é no Governo Lula, a partir de 2003, que o Brasil de fato intensifica sua agenda diplomática para o continente africano.

Em vista dos elementos anteriormente mencionados, neste capítulo abordarei mais concisamente as políticas externas educacionais brasileiras para o continente africano, sobretudo a partir de políticas de acesso ao ensino superior, com foco no PEC-G, PEC-PG e Unilab, sem deixar de lado os discursos diplomáticos/governamentais utilizados e os interesses do Brasil ante os países africanos inseridos dentro dessa lógica cooperacional. Para que isso ocorra de forma harmoniosa, é interessante questionar: essa cooperação está balizada por uma retórica governamental de solidariedade ou está inserida em uma lógica econômica de grandes promessões para os interesses nacionais?

Importa ressaltar que analisar as políticas públicas externas educacionais de forma isolada seria um grande erro, e isso explica o motivo desse trabalho se iniciar pela apresentação do preâmbulo da formação do eixo sul-sul e toda uma lógica de cooperação entre países emergentes.

Dito isso, tal percepção se justifica a partir do momento em que as políticas educacionais, de um certo ponto de vista, são necessárias para que ocorra o desenvolvimento econômico entre os países que recebem essas políticas públicas, bem como para os países que concedem. No caso do governo Lula, tal cooperação de caráter técnico, em parcerias com instituições brasileiras, como o Senai, se justifica pelo adentramento de grandes construtoras brasileiras em território africano. Logo, essa cooperação se torna benéfica, entre vários fatores, pela formação de mão de obra especializada para o trabalho civil e industrial.

Como observado no capítulo anterior, a Política Externa Independente (PEI), é tida como elemento central para que ocorra a reaproximação entre Brasil e África, sobretudo a partir da década de 50 do século passado, no entanto, nada comparada, tanto em números quanto em ações, o que fora implantado pelo governo Lula; um exemplo disso são os saltos de investimento ocorridos entre 2002 e 2008 entre o Brasil e o continente africano, que, em dólares, saltam de US\$ 2 bilhões para US\$ 26 bilhões (IPEA, 20210). Mais uma vez, corroborando com autores tais como Antônio Silva, a política interacional do governo Lula sempre esteve pautada na construção de relações diplomáticas e comerciais, ao passo que fortaleciam a imagem do Brasil frente um sistema econômico multilateral e globalizado.

Para além disso, faz-se necessário situar tais investimento dentro dessa lógica cooperacional, uma vez que ao longo do governo Lula, foram realizados mais de 600 projetos de transferência de conhecimento para 40 países africanos, realizados sobretudo por instituições como Senai, Embrapa e Fundação Oswaldo Cruz. Silva (2019) ressalta que “tais ações e programas sociais ofertados acabou despertando interesse cada vez mais conciso de países africanos para com o Brasil” (p. 87), tanto que de um total de 54 países africanos – nas primeiras décadas dos anos 2000 – 43 desses países mantinham parcerias com o Brasil.

Um segundo ponto a ser destacado, é que boa parte desses investimentos eram alocados para países que compunham a chamada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que receberam grandes programas de cooperações bilaterais.

Imagem 3: Comércio e Investimentos: As empresas brasileiras na África

3. COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As empresas brasileiras na África



Fonte: JORGE, 2011, p. 18

Como ressaltado por Miyamoto (2009), ao longo de anos o Brasil manteve seus investimentos e intercâmbio com países médios, visando uma maior ênfase nas negociações junto a nações com as quais se identifica por motivos históricos no hemisfério sul ou no continente americano (p. 23). No entanto, os interesses para instalação de grandes empreiteiras e indústrias iriam mais adiante, no caso de Angola, por exemplo, a vasta oferta de recursos naturais e o poder de compra de serviços e produtos brasileiros, fizeram com que grandes empresas brasileiras fossem o maior parceiro do país nos anos 2000.

Outro ponto destacado por Antônio Silva (2019), são os aspectos que fizeram do continente africano um solo propício para investimento de empreiteiras brasileiras, entre elas, o crescimento de países que demandariam, entre outras coisas, a necessidade de construção de obras públicas de grande porte, como estradas, usinas de energia, e de infraestrutura em geral. De acordo com o autor, “isso explicaria a forte presença das empreiteiras brasileiras do ramo de construção, com vasta experiência, como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão” (SILVA, 2019, p. 90). Em 2006, ainda no primeiro mandato do governo Lula, o Brasil já ocupava o décimo segundo lugar no ranking de grandes investidores mundiais.

Em vista disso, qual relação tem os elementos expostos com políticas externas de cunho educacionais? De acordo com Silva (2019)

A atuação de empresas brasileiras na África, os investimentos realizados e a cooperação técnica, como por exemplo, a criação de centros de formação profissional instalados em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, em parceria com o SENAI, é vista por alguns autores como uma ação da cooperação para auxiliar esses países a se desenvolverem, porque o desenvolvimento deles também é benéfico, direta ou indiretamente, para o país que concede a cooperação. (SILVA, 2019, p. 91).

Ao realizar a pesquisa “OS ANOS DOURADOS DA POLÍTICA AFRICANA NO BRASIL”: uma análise sobre a aproximação política e cultural entre Brasil e Cabo Verde (2000-2010)”², constatou-se que os países inseridos dentro dessa lógica cooperacional, tais como Cabo Verde, acabam por ter uma maior demanda em algumas áreas sensíveis para os países, a exemplo da educação e do turismo; e isso se reflete também às demandas de outras nações africanas.

De forma isolada e exemplificativa, dados disponibilizados no site da Pró-reitora de Graduação, da Universidade de São Paulo (USP), ressaltam que os cursos com o maior número de vagas destinados para programas tais como PEC-G e PEC-PG são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia, tendo suas vagas ocupados em 76% por estudante africanos, que são em sua maioria de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estudantes caboverdianos, ao longo de quase duas décadas foram os que mais se beneficiaram, na totalidade de vagas ofertadas na referida universidade para o PEC-G. Nota-se que, do total de vagas – 7.991 -, Cabo Verde ocupou 40% das vagas totais.

Tabela 1 – Total de Vagas oferecidas pela UFSC entre 2000 e 2019

1 Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UEMA) realizada nos anos de 2020 e 2021, sob orientação da professora Dra. Tatiana Raquel Reis Silva. Na referida pesquisa analisei as relações diplomáticas estabelecidas entre o Brasil e Cabo Verde, no primeiro momento entre os anos 1990 a 2000; e de 2000 a 2010.



PEC-G - Selecionados - África - 2000 a 2019

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
África do Sul																		1	1		2
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	12	2	753
Argélia																2					2
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	44	93	487
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	58	52	3169
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	2	4	53
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	8	15	57
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	10	16	60
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	58	19	286
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	33	25	1416
Guiné Equatorial																					27
Marrocos																		1		2	3
Mali							2													1	3
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	2	8	229
Namíbia	1	1														6	65		1		74
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	1	4	177
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	1		89
República Dem. do Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	37	25	552
República do Congo													4	6	4	2	4	6		30	56
São Tomé e Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	2	7	388
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	7	7	64
Togo												4	11	8	3	6	6	2	3	1	44
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	287	325	281	337	7991

Seguindo essa mesma linha de relação curso/demanda de países inseridos na lógica cooperacional, é interessante ressaltar a grade de cursos de graduação ofertados pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Atualmente, do total de 21 cursos ofertados, 10 são de licenciatura e 4 voltados para as engenharias, deixando claro que, tais políticas externas de acesso ao ensino superior tem como cerne a contribuição para o desenvolvimento nacional. Sendo assim, é interesse destacar o motivo pelos quais os regimentos e leis que operam nestes programas, tem entre suas cláusulas de participação o retorno do aluno estrangeiro para o seu país.

Em vista do exposto, é nítido que as políticas externas brasileiras para o continente africano estão interligadas. Se por uma via há uma relação de fomento educacional, na outra via há uma necessidade de formação de uma mão de obra local, especializada para o alcance de interesse econômicos e empresariais.

Embora muito se fale somente do ponto de vista econômico – ao elencar a entrada de empresas brasileiras em território africano -, não se pode deixar de lado as várias ações que

foram implantadas pelo governo Lula no continente africano, visando o fortalecimento de uma segurança alimentar e diminuição da pobreza. Em meio a críticas, apoios e diferentes pontos de vista, uma coisa é certa: o interesse de expressivos países [como é o caso do Brasil] para África se dá até os dias atuais, sobretudo, a partir do momento em que se percebe que esse continente é um dos poucos com “fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração, e palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas, cada vez mais escassas e demandadas.” (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 5)

3.1 A Política Externa Educacional no Governo Lula para a África: uma análise do PEC-G, PEC-PG, e a criação da UNILAB.

Firmados no discurso balizador das aproximações históricas entre Brasil e África, a relação cultural e linguística entre a porção do continente sul-americano [Brasil] e o continente africano também é um elemento formador das políticas externas voltadas para o âmbito educacional. Adiante, será observado que os dois elementos acima citados são centrais para que haja a criação da Unilab e a cooperação em vários projetos relacionados à educação. Logo, essa diversidade de trajetórias e institucionalização, produz em vários aspectos oportunidades de cooperação no eixo sul-sul.

Nesse tópico, para além de analisar os programas educacionais de acesso ao ensino superior, busca-se apresentar, numericamente, investimentos a partir de órgãos nacionais e internacionais que vieram propiciar a implementação desses programas educacionais a partir de uma agenda diplomática.

Nesse contexto, dois órgãos são de suma importância para que haja esse intercâmbio econômico e fortalecimento de grandes projetos, sendo eles: a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A partir de tais órgãos, é possível mensurar os valores injetados em países africanos no âmbito da política externa brasileira.

A CID, enquanto órgão internacional, representa as ações promovidas por diversos atores internacionais, visando gerar o desenvolvidos das nações inseridas dentro de uma lógica cooperacional de forma sustentável, justa e inclusiva. A ABC, foi criada para coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do país para o exterior e do exterior para o país, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral.

No tópico anterior, destacou-se o expressivo salto de investimento que ocorreu no governo Lula entre os anos de 2003 a 2010; no tocante a cooperação internacional, por meio da CID, esses números também são exponenciais. Se em 2005 os investimentos brasileiros somavam US\$ 158 milhões, em 2010 esse número passa a ser de US\$ 923 milhões, de acordo com dados da revista Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Nacional (2010) (IPEA, 2013. Ed. 2).

Tabela 2: A CID brasileira entre 2009 e 2010. Fonte: IPEA e ABC. 2013. P.18

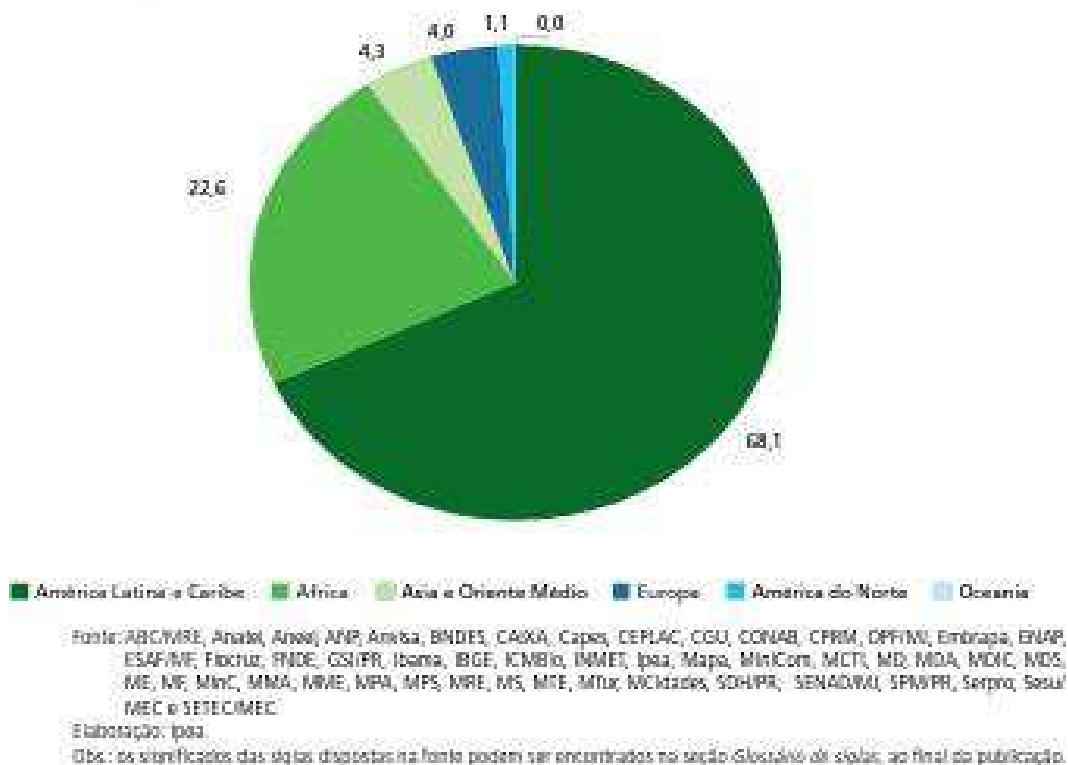
Modalidades da CID	2009		2010		Variação dos valores absolutos de 2009 a 2010 (%)
	Total em dólar	Total em %	Total em dólar	Total em %	
Cooperação técnica	55.536.795	11,5	57.770.554	6,3	4
Cooperação em educação	25.269.265	5,2	35.544.099	3,8	40,7
Cooperação científica e tecnológica	N. A.	N. A.	24.099.084	2,6	N. A.
Cooperação humanitária	49.455.870	10,2	162.060.218	17,6	227,7
Operações de manutenção de paz	71.255.114	14,8	332.422.426	36	366,5
Contribuições para organizações internacionais	281.340.414	58,3	311.569.290	33,7	10,7
Soma total	482.857.458	100	923.375.671	100	91,2

Fonte: IPEA e ABC (2013, p. 18).

Em vista dos fatos, é importante analisar de que forma esses investimentos estão distribuídos, e assim, analisar de que forma acabam por impactar os países que usufruem de tais investimentos. Como ressaltado por Milani, Conceição e M'Bunde (2016), são esses investimentos que irão financiar projetos na área das políticas públicas sociais e de governança (p. 13).

Com isso, destaca-se os investimentos, da Cooperação brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi), somente no ano de 2010, na qual 68,1% de toda a CID brasileira foi para a América Latina e 22,6% para a África. No caso da América Latina, os cinco principais países parceiros constituem 80,4% de toda a CID brasileira para a região, incluindo Haiti (47,4%), Chile (16,3%), Argentina (8,6%), Peru (4,5%) e Paraguai (3,6%). No caso da África, os PALOP absorvem 76,5% de toda a CID brasileira para a região: Cabo Verde é o principal com 24,4%, seguido por Guiné-Bissau (21,2%), Moçambique (13,3%), São Tomé e Príncipe (10,4%) e Angola, com 7,2%.

GRÁFICO 1
Gastos com a Cobradí, por região (2010)
(Em %)



Embora expressivo, Milani, Conceição e M'Bunde (2016) ressaltam que esses números não devem ser entendidos de um ponto de vista unicamente como investimentos diretos no continente africano, uma vez que os investimentos citados fazem parte de todo um contexto e planejamento por parte do governo brasileiro, estando presente inclusive nas diretrizes do orçamento anual. Embora sejam positivas, tais medidas também tem seus malefícios, uma vez que a análise desses dados não leva em conta outras medidas e formas de investimentos, tais como: o financiamento de crédito, o perdão de dívidas de alguns países para com o Brasil, ou ainda dos bancos voltados para o desenvolvimento, a exemplo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). A ausência desses dados tende a subestimar a real contribuição brasileira no campo da CID (MILANI, CONCEIÇÃO E M'BUNDE. 2016, p. 15).

Tabela 3: Investimento de países nos PALOP, em milhões de dólares (2010) Fonte: IPEA e ABC (2013)

Países selecionados	Todos os setores, a todos os países em desenvolvimento	Todos os setores, AOD Angola	Todos os setores, AOD Cabo Verde	Todos os setores, AOD Guiné-Bissau	Todos os setores, AOD Moçambique	Todos os setores, AOD São Tomé e Príncipe
França	9.148.323.588	6.233.268	4.057.970	1.837.232	20.757.697	2.379.727
Portugal	431.828.020	15.112.615	146.560.618	15.716.624	116.002.957	25.719.823
Coreia do Sul	900.610.000	18.830.000	-	12.000	95.000	-
Espanha	4.389.805.311	13.378.128	21.234.126	8.290.563	60.926.999	1.273.429
Reino Unido	8.016.800.000	16.680.000	900.000	70.000	104.420.000	-
EUA	26.586.410	54.820.000	37.120.000	6.520.000	277.910.000	20.000
Brasil*	597.010.617	2.643.276	8.953.437	7.804.779	4.901.040	3.812.296

Fontes: OCDE/CAD banco de dados online sobre as estatísticas da APD (www.oecd.org/dac/); IPEA e ABC (2013, p. 18-24).

* Brasil: o total da CID do Brasil em 2010 é de US\$ 923.375.671, que inclui fundos bilaterais e multilaterais. Retiramos os valores gastos com os países desenvolvidos e as contribuições para organizações multilaterais, e só incluímos dados para 2010, uma vez que esse é o último ano de dados disponíveis no Brasil.

A partir dos dados acima citados, é possível fazer uma análise sobretudo a partir dos PALOPS, no sentido de entender de que forma se dão as relações de investimento de Brasil para com esses países. Apesar de parecer inexpressivas, ou muito pequenos ante os investimentos do Reino Unido e França, é interesse analisar esses dados a partir dos setores que estão alocados. No caso dos investimentos brasileiros, esses setores são principalmente o de saúde e educação. Milani, Conceição e M'Bunde (2016, p. 12), destacam que “outro aspecto que chama a atenção é que a cooperação técnica é responsável por 6,3% do total do orçamento da CID de 2010, ou seja, 57.770.554 milhões de dólares”.

No campo na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a educação encontra-se em terceiro lugar no tocante aos investimentos, ficando atrás dos setores de agricultura e saúde (IPEA, 2010). Do montante de investimento, a educação corresponde a 10,93% do que fora investido entre 2005 e 2013, de acordo com a agência ABC. Nesse contexto, tais estimativas são de grande relevância para esse trabalho, uma vez que a partir delas é possível se efetivar medidas tais como o PEC-G, PEC-PG e recursos que, mais a frente, serão responsáveis por sustentar o projeto da Unilab, no Brasil.

Do percentual anteriormente citado, os investimentos para o âmbito educacional se dividem entre educação profissional, projetos de alfabetização de jovens e adultos, educação não formal e educação para pessoas especiais. É a partir do relatório aqui citado, feito pelo IPEA, que se tem uma maior visão dos programas educacionais voltados para o ensino superior, que, no relatório de 2010, tem seus detalhes de forma mais precisa ao se referir a esses projetos como “Bolsa de Estudos para Estrangeiros”.

Tabela 4: Evolução das despesas Publicas com Bolsas de Estudos para Estrangeiros
(2005-2010) Fonte: IPEA e ABC (2013)

2005		2006		2007		2008		2009		2010		Total	
USD*	%**	USD	%	USD	%	USD	%	USD	%	USD	%	USD	%
23.088.150	14,6	25,896,723	9,3	28,911,102	9,9	38,615,610	11,4	22,236,953	6,1	35,544,099	3,8	174,292,638	7,4

* Dólares (EUA) (correntes). Inclui todos os cidadãos estrangeiros, de países em desenvolvimento e desenvolvidos, mas a maioria das bolsas de graduação se destina aos PALOP e das bolsas de pós-graduação à América do Sul.

** Percentagem de desembolso relativo a bolsas no âmbito da COBRADI, no respectivo ano. Entre 2005 e 2009, o valor apresentado por ano corresponde apenas a bolsas de estudo para estudantes estrangeiros, ao passo que, em 2010, ele também inclui outros programas de intercâmbio educativo, bem como a cooperação técnica em educação; porém as bolsas de estudo representaram 97% do total desses gastos em 2010.

Na agenda diplomática brasileira, um critério chave para que haja a cooperação educacional, para além dos aspectos econômicos, que já foram citados anteriormente, um fator central também é a realidade econômica e educacional daqueles países, e isso se explica à soma superior a US\$ 174 milhões ao longo de 5 anos. Do montante, o relatório aponta que mais de 70% do valor, destinados para o PEC-G foram alocados somente para os PALOPS; enquanto para o PEC-PG, 70% foram realocados para a América do Sul.

Proporção de estudantes vinculados ao PEC-G, segundo a região de origem – Cobradi (2010)
(Em %)

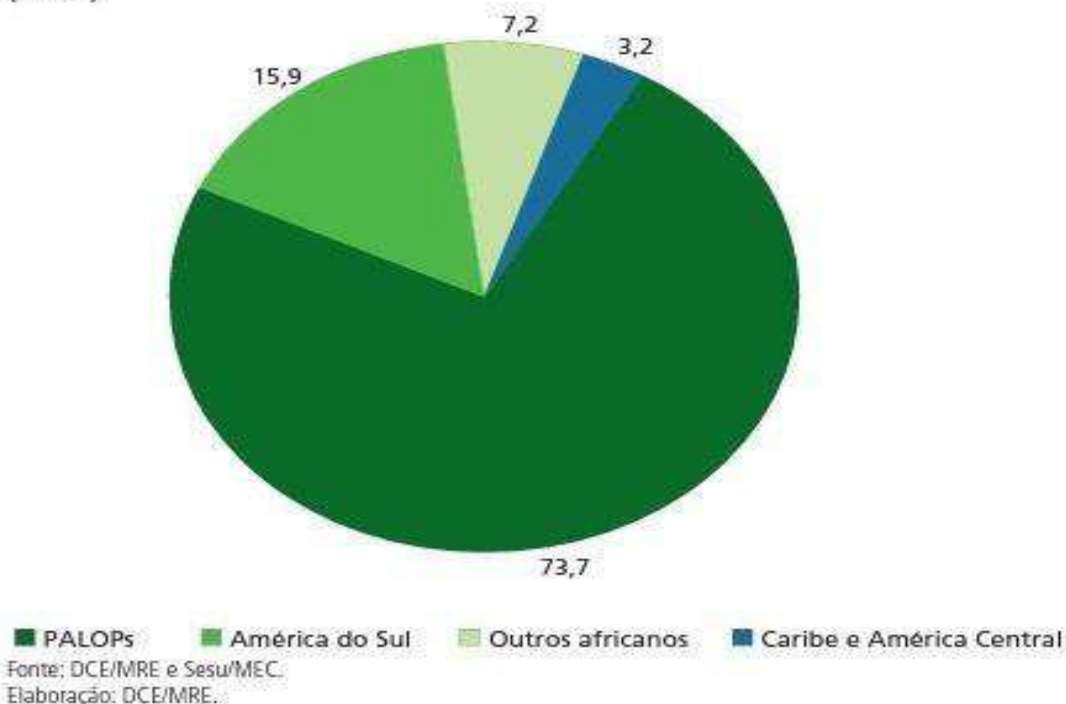


Gráfico 2

Região de origem dos estudantes atendidos pelo PEC-PG – Cobradi (2010)
(Em %)

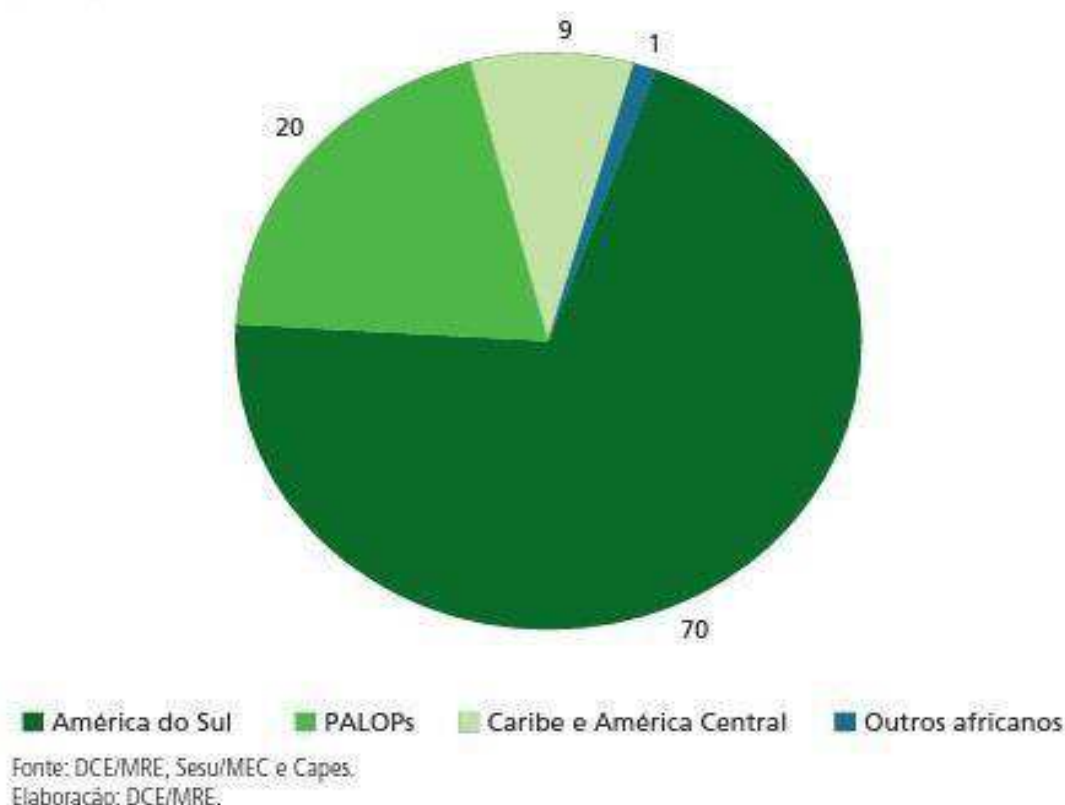


Gráfico 3

Milani, Conceição e M'Bunde (2016), ressaltam que desde 2004, as estratégias de cooperação internacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) têm enfatizado a América Latina e a África (em particular os PALOP).

Por fim, destaca-se, a partir do exposto, que a matriz educacional é uma das mais importantes para o Brasil no tocante a cooperação internacional, sobretudo com o eixo sul. Como analisado anteriormente, para além de um desenvolvimento em termos educacionais dos países inseridos nessa lógica de cooperação, outro fator central são os interesses econômicos que são adquiridos a partir dessas políticas educacionais. Afinal, sem mão de obra especializada e fomento educacional, quem seriam os agentes aptos a fazerem parte de um grande projeto econômico e industrial? Nesse caso, a formação profissional promovida a partir do SENAI, por exemplo, são autoexplicativas.

3.2 Programa de Estudantes – Convênio de Graduação e Pós-graduação (PEC-G e PEC-PG)

Neste tópico, busca-se analisar o PEC-G e o PEC-PG, com ênfase nas suas relações com os PALOPS, que, em número totais, são os mais beneficiados com tais políticas educacionais. No entanto, tal tarefa não é tão simples, haja vista que o programa, embora seja datado dos anos de 1920, possui em sua conjuntura uma série de mudanças acabam por dificultar uma linearidade, principalmente documental, a depender do momento histórico em que o Brasil está inserido. No entanto, tendo em vista o recorte temporal (2003-2010), será analisado sobretudo o PEC-G e PEC-PG nos anos do governo Lula, tendo como fonte o relatório elaborado pelo IPEA (2010) e o Manual do Estudante Convênio.

Tratar sobre os resultados e parâmetros do PEC-G e sobre o PEC-PG requer uma análise histórica dos programas citados, que no período Lula vieram a alcançar o ápice da sua missão, sobretudo quando os mesmos estavam voltados para países do continente africano. Em governos anteriores tais alinhamentos não estavam voltados para a África, mas sim para o continente europeu e norte-americano, visto que entre os anos de 1965 a 1974, a relação Sul-Sul (do ponto de vista econômico) não era concisa. Assim, os programas estudantis estavam voltados para países do Norte, com ênfase para futuros graduando dos Estados Unidos e Portugal, bem como para países latino-americanos, tendo em seu quadro estudantes do Paraguai, Bolívia, Uruguai, etc.

Cabral (ano), por meio dos dados disponibilizados pela Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE, 2015), busca entender os motivos que levaram a criação do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), que surge no momento de percepção da quantidade de alunos latino-americanos nas salas do ensino superior do Brasil, no entanto, tal conjuntura encontrava-se instável, uma vez que gráficos e números disponibilizados apontam para uma maior taxa de estadunidenses e portugueses, assim, em 1977, inicia-se o ingresso de estudantes africanos no programa e por consequência uma maior presença desses nas salas de aula das universidades brasileira.

Impulsionados e perpassados por vários governos, ao longo dos anos o PEC-G passou por várias mudanças na sua estrutura, tendo como ápice do seu funcionamento os anos finais do governo Lula, e embora fosse perceptível uma baixa em meados do governo Dilma Rousseff (2011 – 2016), o mesmo continua em funcionamento. De acordo com dados disponibilizados pela Prograd UFRGS (2014 apud Cabral, 2015), até o ano de 2014, o PEC-G somava nas Instituições Federais de Ensino Superior 1400 alunos, nas Instituições de Ensino Superior Estaduais ou Particulares, 600 alunos. Desse total, 75% dos alunos são oriundos do continente africano e 25% se divide entre alunos do continente asiático e americano.

No tocante a sua regulamentação por meio de protocolos, chama-se atenção para o mais enfático que estabelecem normas e exigências para participação no programa PEC-G. O Decreto n° 7.948/2013, entre suas várias alterações, busca por meio do Capítulo 3, parágrafo 6°:

Art. 6° Poderão se inscrever no PEC-G os estudantes estrangeiros:

I – residentes no exterior e que não sejam portadores de visto permanente ou qualquer outro tipo de visto temporário para o Brasil;

II – maiores de 18 e preferencialmente até 23 anos;

III – que firmarem Termo de Responsabilidade Financeira, em que assegurem ter meios para custear as despesas com transportes e para subsistência no Brasil durante o curso de graduação;

IV – que firmarem Termo de Compromisso, em que se comprometam a cumprir as regras do PEC-G; e

V – que apresentarem certificado de conclusão do ensino médio e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros Celpe-Bras. (PRESIDENCIA DA REPUBLICA. CASA CIVIL. 2013. P. 2)

Dessa forma, visa atender uma demanda não somente dos alunos participantes, bem como das instituições de ensino que recebem anualmente esses alunos. Dentre todas as exigências citadas acima, o inciso III é um dos que mais recebe críticas por parte dos autores e pesquisadores que se debruçam sobre o programa estudantil, uma vez que o ato de firmar Termo de Responsabilidade Financeira implica ter condição financeira, o que não é uma realidade vivenciada por partes dos estudantes de muitos desses países do continente africano, sendo assim, critica-se o programa por não abarcar estudantes de origem social com pouca capacidade financeira.

Cabe ressaltar que os estudantes hábeis para concorrer a gavada na graduação e que possuem recursos financeiros limitados, podem contar com os programas de auxílio financeiro pelos seus respectivos países, embora essa realidade seja de poucos países entres os vários que fazem parte do PEC-G. No tocante às políticas públicas para o incentivo a educação, por meio do auxílio financeiro, Cabral (2015) ressalta três categorias, sendo elas: a Bolsa Promisaes, Bolsa MRE e Bolsa Mérito.

Embora essas bolsas sejam financiadas por partes dos países dos estudantes que veem para o Brasil cursar o ensino superior, boa parte delas também conta com auxílio do governo brasileiro. Na sua desenvoltura e concessão, encontram-se órgãos tais como o Ministério das Relações Exteriores e também a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A exemplo de dados disponibilizados por essas associações, até o ano de 2010 o governo do Brasil já havia disponibilizado um total de 31 milhões de reais para cooperação educacional (ABC/IPEA,

2013). Diante disso, destaca-se nesse tópico três tipos de bolsa, sendo a primeira dessas a Bolsa Promisaes, a segunda Bolsa MRE e a última a Bolsa mérito.

a) Bolsa Promisaes

Implantado pelo decreto Nº 4.875, 11 de novembro 2003, o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES), tem como objetivo principal o fortalecimento e manutenção da cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos no âmbito educacional e cultural. Oferecendo um apoio financeiro no valor de 622 R\$ (seiscentos e vinte e dois reais) para aluno que compunha o quadro de vagas do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), valendo para alunos que estudam tanto nas instituições federais, como também estaduais e particulares, visando assim a garantir a manutenção desses alunos no ambiente de ensino.

Proporção de estudantes beneficiados pelo Promisaes, segundo a região de origem – Cobradi (2010)
(Em %)

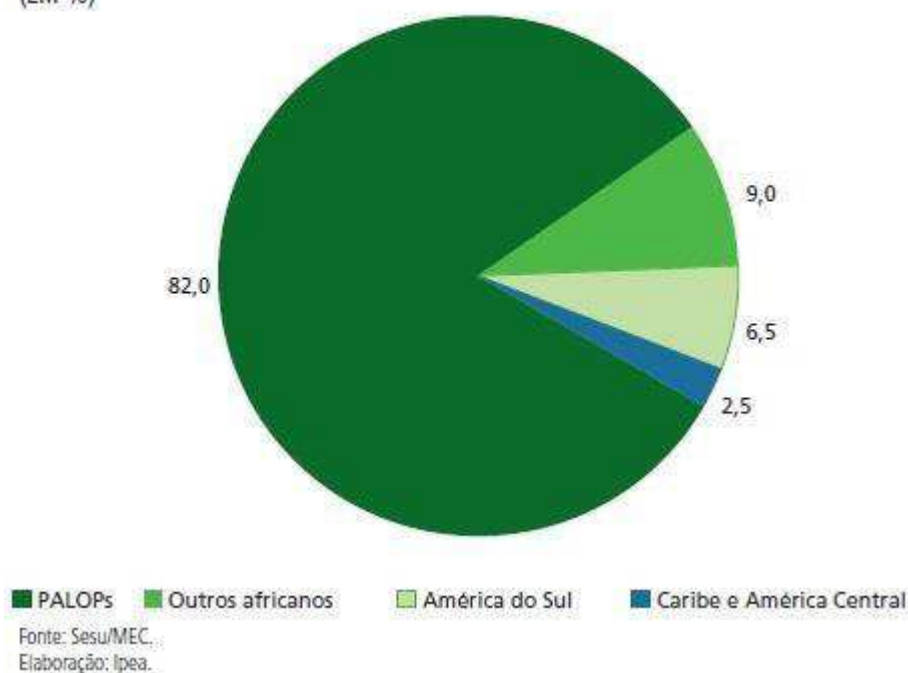


Gráfico 4

Ao longo dos anos, o projeto teve em sua estrutura três portarias, a primeira em 2005, quando o Programa tem sua plena execução (Portaria nº 3.167, de 13 de setembro de 2005) e a segunda em 2006 (Portaria nº 833, de 03 de abril de 2006). A última, e a mais atual (até o fim dessa pesquisa), é a portaria Nº 745, de 5 de junho 2012, que exige que o aluno esteja

Matriculado em uma das instituições de ensino superior participantes do PEC-G, deve ter bom desempenho acadêmico e boa frequência. A portaria em questão visa também a ampliar o rol exemplificativo de diretrizes que possam ocasionar a perda ou suspensão do benefício. No tocante a concessão dessa modalidade de auxílio financeiro, Cabral (2015) ressalta que até o ano de 2010 um total de 91% de estudantes foram selecionados para o auxílio, desse total, 71% de países que compõe os PALOP. Os 9% restantes ficaram a cargo dos demais países que tem acesso ao Programa PEC-G.

B) Bolsa MRE (Ministério das Relações Exteriores)

Diferente da bolsa citada anteriormente, a Bolsa MRE é concedida para estudantes participantes do PEC-G que não se encontram matriculados em instituições de ensino federais (IES), ou seja, aqueles que estudam em universidade estaduais/municipais ou particulares. Assim como a Bolsa Promisaeas, os graduandos selecionados recebem durante 6 meses o valor de 622 R\$, visando a melhores condições de moradia e alimentação. Respeitando os limites estabelecidos pelo governo analisado nessa pesquisa, tem-se uma lacuna no que concerne aos resultados de concessões de bolsas de auxílios, sendo o resultado mais recentes disponibilizado referentes ao primeiro semestre de 2013 por parte do Ministérios das Relações Exteriores. Assim, no período compreendido por 2013.1, 18 bolsas foram ofertadas, desse total 15 bolsas para alunos oriundos da Guiné-Bissau, 2 para República Democrática do Congo e 1 para o Paraguai.

Nos anos seguintes, outros autores vieram a analisar os demais dados, entre eles Cabral (2015), de acordo com o pesquisador, no primeiro semestre de 2015, 22 alunos foram selecionados, dessas vagas, 55% destinadas para alunos guineenses, 14% para alunos congolezes, 9% para caboverdianos, 9% para beninense, 5% para camaroneses e 4% para tonganeses.

Embora seja feita uma crítica no decorrer da pesquisa acerca de transparência documental por parte dos órgãos competentes, é nítido uma maior transparência quando se refere a Bolsa Mérito por parte do Ministério das Relações Exteriores. Apesar do declínio, tanto nos Programas de Estudantes como também nos demais programas implementados durante o governo Lula, sobretudo para o continente africano, chama atenção para a manutenção da bolsa mérito até os dias atuais, sendo o último edital publicado no primeiro semestre deste ano. No entanto com apenas 9 vagas, assim, é nítida a redução quando se compara com o segundo semestre de 2013, durante o Governo Dilma Rousseff, onde foram disponibilizadas 44 bolsas/ano.

C) Bolsa Mérito

Tida como uma das mais importantes e de maior prestígio, a Bolsa Mérito é destinada para os alunos como bom desempenho acadêmico, com desempenho excepcional. Regulado por edital específico, o auxílio é concedido aos alunos através da indicação da IES sobre o desempenho dos alunos, ou seja, uma indicação prévia. A indicação deve ser feita por meio de ofício endereçado à Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa (DELP) do Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2021). Para Cabral (2015), a Bolsa Mérito caracteriza-se por sua universalidade, uma vez que a bolsa é concedida para os alunos de todos os continentes, não possuindo cotas entre si, bem como as bolsas anteriores, os alunos selecionados recebem o valor de 622R\$ por determinado período.

Tecendo a mesma crítica feita anteriormente, há uma lacuna no tocante a disponibilização documental por parte do Ministério das Relações Exteriores quanto a transparência de editais e de resultados, assim, o resultado mais recente é de 2021, com um total de 146 bolsas concedidas no primeiro semestre de 2021 (MRE, 2021), porém menor do que o número concedido no ano de 2013, com aproximadamente 200 bolsas de estudos (MRE, 2013).

Muito tem a ser feito em prol das políticas públicas voltadas para a área educacional, sobretudo quando se trata de melhores condições para estudantes estrangeiro. Assim como a percepção de outros autores, é notória a lacuna existente no que concerne a manutenção desses alunos estrangeiros no Brasil, para tal notoriedade, não é necessário ir tão afundo, basta analisar que viver em 2021 no Brasil é travar uma “batalha” entre o estudar e o sobreviver, tal situação fica mais acentuada quando se analisa os termos de compromisso e exigências para usufruto dessas bolsas: “nenhum aluno deve desempenhar atividade remunerada no Brasil, salvo estágios e outras atividades no âmbito acadêmico”, como forma exemplificativa, a clausula da Portaria 745/2012, Parágrafo 4, Inciso IV ressalta que:

Art. 4º - Ao Estudante-Convênio caberá:

IV - Não exercer qualquer atividade remunerada, exceto aquelas voltadas para fins curriculares e de iniciação científica, sob pena de desligamento do PROMISAES, a partir da data de admissão ao Projeto aqui descrito

Em termos estatísticos, o relatório do IPEA conceitua o PEC-G e PEC-PG como uma cooperação técnica de caráter acadêmico, que busca ampliar e diversificar a cooperação educacional internacional para a formação e capital humano estrangeiro, dessa forma, busca potencializar e colaborar com as IES.

3.3 A LEI Nº 12.289 E CRIAÇÃO DA UNILAB.

Art. 1º Fica criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§ 1º A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§ 2º Os cursos da Unilab serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas.

A citação acima compõe os artigos 1º e 2º da Lei 12.289, que cria e regulamenta o funcionamento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Decretada em 20 de julho de 2010, no governo Lula, tendo com Ministro da Educação à época Fernando Haddad, a lei autorizaria a criação da universidade que só seria inaugurada em 2013, no governo de Dilma Roussef. Ao fim do seu segundo mandato, a Unilab seria a 14ª universidade incorporada ao sistema educacional brasileiro desde o primeiro mandato do governo Lula. De forma simbólica, a IES foi instalada primeiramente no município de Redenção (CE), e depois em São Francisco do Conde (BA), onde já se tinha uma parceria acadêmica com os PALOPS. A UNILAB também funciona em rede com alguns campus universitários de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, além de regiões como Macau (China), Goa (Índia), Ilha de Ano Bom (Guiné Equatorial), Ziguinchor (Senegal), Malaca (Malásia), entre outros (UNILAB, 2010, p. 10).

A cidade escolhida para a instalação da UNILAB tem um aspecto símbolo e de conexão com o continente africano, pois foi a primeira cidade no Brasil, a abolir a escravidão alguns anos antes da promulgação da Lei Áurea (1888). Até o ano de 2018, a Unilab tinha em seu bojo 6.529 discente nos cursos de graduação e pós-graduação entre presencial e a distância, divididos entre brasileiros e estrangeiros, provenientes, sobretudo de países africanos tais como: Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.



Imagem 4: Países de Língua Portuguesa Fonte: EBC

Malomalo, Lourau e Souza (2018) ressaltam que a Unilab faz parte da luta advinda de movimento negro e também de uma forma de solidificação das ações afirmativas no Brasil. Dessa forma, de acordo com o ex-presidente Lula, a Unilab é o pagamento uma dívida histórica, que não é paga com dinheiro, mas sim com solidariedade (INSTITUTO LULA, 2013). No entanto, não se pode esquecer que o discurso de aproximação que coloca a continente africano em posição de destaque em uma agenda diplomática externa, tem como plano de fundo interesses econômicos, visibilidade ante um cenário de economia globalizada e um empenho central de ocupação de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, que ao longo do governo Lula, foi ocupado de forma rotativa por duas vezes (2004-2005 e 2010-2011).



Imagem 5: Em 2010, o então presidente Lula sanciona a lei que cria a Unilab. Foto: Ricardo Stuckert/PR Fonte: Instituto Lula.

Conforme ressalta Maurício Gurjão Bezerra Heleno (2014), apesar de ter em sua maioria alunos provenientes de África (50% das vagas totais devem ser ocupadas por estudantes de outras nacionalidades), a Unilab está distante de ser um projeto voltado para aproximação Brasil-África, pois nesse cenário de cooperação acadêmica, a Unilab abarca três pontos de interesses estratégicos do Brasil, sendo essas a África Lusófona, o Mercosul e a região Amazônica (2018. p. 113)

Ao ter seu projeto elaborado, a Unilab tinha em sua conjuntura a atuação em 5 áreas estratégicas: agricultura, saúde coletiva, gestão pública, educação básica e tecnologias, e desenvolvimento sustentável. De acordo com o documento que regulamenta e estrutura a Unilab, concebido para o primeiro triênio (2011-2013), seriam implantados de forma gradual os cursos de bacharelado em agronomia, administração pública, enfermagem, engenharia de energias, zootecnia, ciências econômicas, saúde coletiva engenharia civil, engenharia agrícola, medicina e engenharia da computação; bem como o grau de licenciatura em Ciências Naturais e em Ciências Sociais e Humanas. ³

³ Embora implantados como previsto, atualmente a Unilab oferta 22 cursos de graduação, distribuídos na forma presencial e online. São eles: Administração Pública; Administração Pública – EaD; Agronomia; Antropologia; Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades; Ciências Biológicas – Licenciatura; Ciências Sociais ; Enfermagem; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Computação; Engenharia de Energias; Farmácia; Física; História; Letras – Língua Portuguesa; Letras – Língua Inglesa; Matemática – Licenciatura; Pedagogia – Licenciatura; Química – Licenciatura ; Serviço Social; Sociologia – Licenciatura e Relações internacionais.

ANO	Inst. Ciênc. Agrárias	Inst. Ciênc. Humanas e Sociais	Inst. de Formação Professores	Inst. Ciênc. da Saúde	Inst. de Tecnologias
2011	Bachar. em Agronomia	Bachar. em Administr. Pública	Lic. Ciências Naturais	Enfermagem	Engenharia de Energia
2012	Bachar. em Zootecnia	Bachar. em Ciênc. Econômicas e Atuariais	Pedagogia	Saúde Coletiva	Engenharia Civil
2013	Engenharia Agrícola	Bachar. em Políticas Públicas	Lic. Ciênc. Sociais e Humanas	Medicina	Engenharia da Computação

Tabela 5: Cursos de Graduação previstos para a UNILAB (2011-2013) Fonte: Diretrizes Gerais/UNILAB

Com isso, a Unilab promove avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária (UNILAB, 2010, p. 10).

Outro ponto a ser destacado é o modelo de integração pensado para a Unilab, que, para Heleno (2014), transcende uma formação acadêmica, pois é por meio do intercâmbio cultural promovido na IES que torna a Unilab uma universidade “distintas das demais” (2014, p. 130). No entanto, algumas críticas são tecidas quanto a composição da sua estrutura administrativa.

Tal crítica tem como respaldo a ausência de um preenchimento de vagas de caráter acadêmico de professores também estrangeiros, tais como professores angolanos, moçambicanos, etc. A crítica não se dá somente do ponto de vista de preenchimento dessas vagas, mas também da formação acadêmica dos professores que, embora estrangeiros, são formados em universidade públicas brasileiras, através do PEC-G e PEC-PG, , dessa forma, já tem em sua didática uma vivência totalmente brasileira. Para Heleno (2014),

são profissionais forjados no habitat acadêmico brasileiro, habituados as suas práticas, virtudes e defeitos. A vinda de acadêmicos formados fora do país, ainda que na qualidade de visitantes, contribuiria para adensar o intercâmbio de conhecimentos e experiências acadêmicas, fortalecendo a posição dos países parceiros no interior da instituição (HELENO, 2014, p.120)

É possível se estabelecer uma organização articulada entre a sociedade civil brasileira e sociedade civil dos países parceiros, resolvendo, dessa forma um problema estrutural acadêmico no âmbito da cooperação internacional de cunho acadêmico.

Outro ponto de destaque na missão de implantação da Unilab, e que já fora citado em capítulos anteriores, está relacionado a uma formação acadêmica que propicia o desenvolvimento nacional do país de origem do estudante estrangeiro. Assim como ocorre com o PEC-G e o PEC-PG, as diretrizes da Unilab, obrigam o aluno estrangeiro a retornar ao seu país, evitando, sobretudo em África, a denominada “fuga de cérebros”, que, de acordo com Heleno (2014), é um enorme empecilho para o desenvolvimento do continente. Não à toa, é recorrente o caso de alunos que vão estudar em outros países fora do continente africano e não mais retornam. No caso das políticas externas educacionais brasileiras, esse retorno para o continente é uma das exigências para validação do diploma de curso.

Em vista do exposto, a Unilab, na qualidade de instituição de ensino superior, é um sucesso notocante a política externa educacional brasileira. No entanto, a partir de um contexto mais amplo das relações econômicas e internacionais, é tida como um grande trunfo da política externa brasileira no cenário mundial, sobretudo a partir de um viés econômico e de certo protagonismo no cenário mundial. Heleno (2014), ressalta que a Unilab, traz como um dos resultados para o Brasil a eleição de José Graciano como Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO,2012-2019) e de Roberto Azevedo como diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC, 2015-2022). A eleição dos diretores só fora possível a partir do apoio dado por países africanos, impulsionados pela obrigação de retribuir o projeto que foi o maior “arco da política externa brasileira” (HELENO, 2014, p.124).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, analisou-se de quais formas se deram as políticas externas brasileira voltadas para a África, sobretudo entre 2003 e 2010, onde se percebe uma maior inclinação da política externa do Brasil para com países africanos. Com isso, analisou-se desde a formação da cooperação sul-sul, até as políticas educacionais externas mais recentes do Brasil para com o continente africano.

No tocante à política externa, analisou-se a importância que o continente, sobretudo os Países de Língua Oficial Portuguesa, tem para o Brasil, pautados em um discurso de similaridade cultural, linguística e de colonização, que, estando presente desde o Governo de Getúlio Vargas, e ainda mais presente no período de redemocratização brasileira, com José Sarney, é responsável por firmar uma série de protocolos de cooperação técnica, e nos governos posteriores protocolos inclusive de cunho militar.

Tendo como foco o governo Lula, buscou-se analisar as relações diplomáticas sob um amplo panorama, com ênfase para as políticas educacionais de acesso ao ensino superior, que até os dias atuais é responsável por promover o intercâmbio de estrangeiros africanos para o Brasil. Por meio de dados disponibilizados por agências e institutos brasileiros, bem como por órgãos oficiais responsáveis pela imagem do Brasil externamente, tais como o Ministério das Relações Exteriores, foi possível mensurar e catalogar números e investimentos que fomentaram e tornaram possível a manutenção de programas de graduação e pós-graduação, bem como de uma Universidade Lusófona, já nos anos finais do Governo Lula.

No entanto, buscou-se analisar as ações diplomáticas do governo Lula para a África sob um viés também econômico e de influência de poder. Afinal, como fora ressaltado, as ações brasileiras no continente africano, tinham como principal objetivo o aumento da influência brasileira ante a cooperação sul-sul, bem como de alcançar novos mercados, matérias-primas, etc. Esse aspecto ficou notória quando se analisou as entradas de empresas brasileiras no continente africano, e também na importância de políticas educacionais do Brasil para com a África de caráter técnico profissional, pois junto desse processo empresarial e industrial em países tais como Angola, era necessário também uma mão de obra local especializada, que, dessa forma fomentaria a economia brasileira ao passo que promoveria o “desenvolvimento nacional” do país inserido nessa lógica cooperacional.

Para além, a análise de políticas educacionais de acesso ao ensino superior fora de suma importância, uma vez que embora se tenha o fator econômico, a política externa educacional

lulista tinha como foco a redução da pobreza e melhora de vida da população dos países que estavam inseridos nessa agenda diplomática. Assim, o PEC-G, o PEC-PG e a UNILAB, são uma das mais efetivas políticas externa feitas pelo Brasil, desde 1975, embora se tenha uma maior injeção de investimento no governo Lula. Nesse aspecto, não se pode deixar de lado o caráter social desses programas educacionais. No caso da Unilab e dos programas de graduação e pós-graduação, esses são implantados a partir da necessidade de ações afirmativas, a partir de uma luta de movimentos raciais organizados, ao passo que promoveria avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária.

REFERÊNCIAS

a) BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO Edson Tomaz de. **O acidente com o voo 447**: reflexões sobre os interesses do Brasil no Atlântico Sul. Meridiano 47 n. 108. 2009

BRASIL. A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA PARA A ÁFRICA. 51º. Curso de Altos Estudos. Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2007

BUSS, Paulo Marchiori. **Cooperação Sul-Sul e o PABA+40**. II Conferencia de Las Naciones Unidas Sobre La Cooperacion Sur-Sur. Buenos Aires. Marzo, 2019

BURGES, Sean. **Desenvolvendo A Partir Do Sul**: Cooperação Sul-Sul No Jogo De Desenvolvimento Global. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais v.1, n.2. 2012.

CABRAL, Frederico Matos Alves. **Os estudantes africanos nas Instituições de Ensino Superior brasileiras**: O Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G). 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DELGADO, Jéssica Beatriz. **RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA**: Uma análise da cooperação sul-sul e trocas comerciais do período do governo de Fernando Henrique Cardoso à Dilma Rousseff (1995-2014). Florianópolis, 2018.

DIGOLIN Kimberly Alves, **ASSIS** Jonathan de **Araujo**, **AGATA** Débora. **O continente africano na política externa brasileira**: de Jânio Quadros a Lula da Silva. Cadernos do Tempo Presente, n. 24, 2016, p. 94-109.

Documentos da política externa independente / Álvaro da Costa Franco (Org.). – Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FREITAS Jeane Silva de. **ARAÚJO** Wemblley Lucena de. **A Política Externa Brasileira para a África**: o envolvimento do Brasil nas operações de paz como instrumento de inserção internacional no continente africano. Revista Política Hoje - 1ª Edição - Volume 23 - p. 105-121.

HELENO, Maurício Gurjão Bezerra. O lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na política externa do governo Lula (2003-2010).

História da África e relações com o Brasil / **Nedilson Jorge (organizador)**. – Brasília: FUNAG, 2018. Painel 2 – Do mercantilismo ao capitalismo: as relações econômicas e comerciais da África com a Europa e com o Brasil Williams da Silva Gonçalves

JÚNIOR, Wilson Mendonça. **FARIA**, Carlos Aurélio Pimenta. **A cooperação técnica do Brasil com a África**: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010) Rev. bras. polít. int. 58. Jan-jun. 2015. Público e o privado - Nº 23. 2014

LEITE, Iara Costa. **Cooperação Sul-Sul**: Conceito, História e Marcos Interpretativos. Ed. Observatório Político Sul-Americano. Observador On-line, v.7, n. 03: 2012. 41p.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MILANI Carlos R. S. Milani. **CONCEIÇÃO** Francisco Carlos da Conceição, **M'BUNDE** Timóteo Saba M'Bunde. **COOPERAÇÃO SUL-SUL EM EDUCAÇÃO E RELAÇÕES BRASIL-PALOP**
Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 13-32, 2016

MIYAMOTO, Shiguenoli. **O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa** (CPLP) Rev. Bras. Polít. Int. 2009

OLIVEIRA Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. RBPAAE – v.25, n.2, p. 197-209. 2009

OLIVEIRA Guilherme Ziebell de. **MALLMAN** Vinícius Henrique. **A política externa brasileira para a África de Lula a Temer**: mudança matricial em meio à crise. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020, p. 129-150

PASSINI Marcelo Mariano, **RAMANZINI**, Haroldo Júnior, **ALMEIDA**, Rafael Augusto Ribeiro de, **DANTAS** Tiago. **A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DOS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF**. VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima, 2015.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **MEDEIROS**, Klei. **O PRELÚDIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL**: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015

REIS, Raissa Brescia dos, **RESENDE** Taciana Almeida Garrido. Dossiê Toda história é história conectada? Esboços, Florianópolis, v. 26, n. 42.

RODRIGUES Diego de Freitas. **Cooperação horizontal Sul-Sul**: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul Rev. Bras. Polít. 2015

SILVA, Thiago Costa. **Os BRICS na política global** - Um balanço de suas relações internacionais (2009-2019). UNB. Brasília, 2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.
DIRETRIZES GERAIS. 2010.

VEIGA, Pedro da Motta. **A África na agenda econômica do Brasil**: comércio, investimentos e cooperação

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

b) DISCURSOS OFICIAS

BRASIL. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a II Cúpula América do Sul-África Isla de Margarita-Venezuela, 27 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/27-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-ii-cupula-america-do-sul-africa> acesso em: 19/10/2022

BRASIL. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Embaixada do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe São Tomé e Príncipe, 02 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/02-11-2003-discurso-do-pr-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-da-embaixada-do-brasil.pdf> acesso em: 19/10/2022

BRASIL. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata Palácio Itamaraty. Brasília, 20 de abril de 2010 Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/20-04-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-em-comemoracao-ao-dia-do-diplomata> acesso em 19/10/2022.

BRASIL. Presidente (1961). Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 64p. Disponível em http://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf acesso em: 19/10/2022